



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOSÉ ANDERSON NASCIMENTO

A CONTRIBUIÇÃO DA MAÇONARIA PARA
A PRÁTICA EDUCATIVA EM ARACAJU (1970-1980)

São Cristóvão

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA SAÚDE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

N244c Nascimento, José Anderson
A contribuição da maçonaria para a prática educativa em Aracaju (1970-1980) / José Anderson Nascimento. – Aracaju, 2010.
85 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Núcleo de Pós-Graduação em Educação.

Orientador (a): Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento.

1. Maçonaria 2. Educação 3. Ensino profissionalizante 4. História 5. Sergipe I. Loja Maçônica Cotinguiba II. Título

CDU 377:061.251(813.7)(091)

JOSÉ ANDERSON NASCIMENTO

**A CONTRIBUIÇÃO DA MAÇONARIA PARA
A PRÁTICA EDUCATIVA EM ARACAJU (1970-1980)**

Dissertação apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

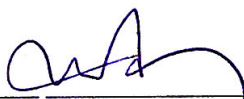
Orientador: Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento.

São Cristóvão

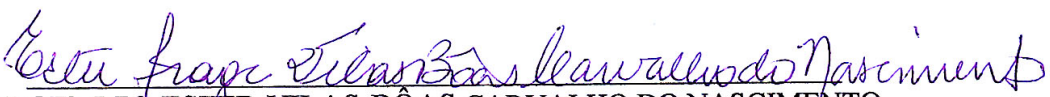
2010

CONTRIBUIÇÃO DA MAÇONARIA PARA A PRÁTICA EDUCATIVA EM
ARACAJU (1970-1980)”

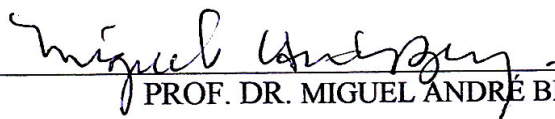
APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM
15 DE ABRIL DE 2010



PROF. DR. JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO



PROF.^a DR.^a ESTER VILAS-BÔAS CARVALHO DO NASCIMENTO



PROF. DR. MIGUEL ANDRÉ BERGER

Suplente

RESUMO

O objeto deste trabalho é apresentar à comunidade acadêmica a contribuição da Maçonaria, em especial da Loja Maçônica Cotinguiba, para a prática educacional em Aracaju. Para a consecução desse desiderato, desenvolvemos uma pesquisa com um objeto preciso, usando-se a noção de elites sociais para designar os maçons, pois eles formaram a elite política, empresarial, administrativa e militar do Brasil. Como marco temporal fixamos a década de 1970, quando a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, associação civil vinculada à Loja Maçônica Cotinguiba, ofereceu um curso de datilografia com a finalidade de preparar mão de obra especializada para empresas comerciais, bancos e prestadoras de serviços, em Aracaju. Os fundamentos da pesquisa estão assentados na História Cultural, pois se evidencia a História Oral, na sedimentação do trabalho. Para a construção do referencial teórico recorreremos aos ensinamentos de Jaques Le Goff, Paul Veyne, Roger Chartier, Pierre Nora, Verena Alberti e Alexis Tocqueville. Estabelecidos o objeto, objetivo geral e referencial teórico, destacamos o problema da pesquisa, que consiste em saber como a Maçonaria sergipana influenciou a prática do ensino profissionalizante em Aracaju. Utilizamos a metodologia da pesquisa bibliográfica, além dos documentos e entrevistas sob cujas informações estruturamos o texto em dois capítulos: no primeiro estuda-se as origens da Maçonaria e a Maçonaria no Brasil e, no segundo trata da Maçonaria em Sergipe e a sua contribuição para o ensino profissionalizante em Aracaju.

Palavras-chave: Maçonaria, educação, ensino profissionalizante; História Cultural; História da Educação

ABSTRACT

The object of this work is to present to the academic community the contribution of the Masonry, in special of the Store Maçônica Cotinguiba, for practical the educational one in Aracaju. For the achievement of this desideratum, we develop a research with a necessary object, using it notion of the social elites to assign maçons, therefore they had formed the elite politics, enterprise, administrative and military of Brazil. As secular landmark we fix the decade of 1970, when Liga Sergipense Against the Illiteracy, civil association tied with the Store Maçônica Cotinguiba, offered a course of typewriting with the purpose to prepare hand of workmanship specialized for commercial companies, banks and lenders of services, in Aracaju. The beddings of the research are seated in Cultural History, therefore Verbal History is proven, in the sedimentation of the work. For the construction of the theoretical referencial we appeal to the teachings of Jaques Le Goff, Paul Veyne, Roger Chartier, Pierre Nora, Verena Alberti and Alexis Tocqueville. Established the object, general objective and referencial theoretician, we detach the problem of the research, that consists of knowing as the sergipana Masonry it influenced practises it of professionalizing education in Aracaju. We use the methodology of the bibliographical research, beyond documents and interviews under whose information we structuralize the text in two chapters: in the first one one studies the origins of the Masonry and the Masonry in Brazil and, in as it deals with the Masonry in Sergipe and its contribution for professionalizing education in Aracaju.

Keywords: Masonry, education, professionalizing education; Cultural History; History of the Education

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. A TRAJETÓRIA DA MAÇONARIA	16
2.1. A MAÇONARIA UNIVERSAL	22
2.2. A MAÇONARIA NO BRASIL	31
3. PRÁTICAS EDUCATIVAS DA MAÇONARIA EM ARACAJU	39
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	56
ANEXOS	61

1. INTRODUÇÃO

O objeto deste trabalho é analisar a contribuição da Maçonaria no panorama da prática educacional em Aracaju, no período de 1970 a 1980, com ênfase especial ao ensino profissionalizante desenvolvido pela Loja Maçônica Cotinguiba, através da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, tendo em vista o problema da carência de produção acadêmica sobre a temática nesse âmbito. A sua escolha como tema de investigação surgiu da leitura de atas e de documentos maçônicos sobre a prática educativa desenvolvida pela Loja Maçônica Cotinguiba.

A fim de melhor descrever o objeto da pesquisa é preciso fornecer detalhes sobre ele. Usa-se aqui a noção de elites sociais, para designar os maçons, pois eles compunham a elite empresarial, política, administrativa e militar do Brasil.

Para se entender a história da instituição maçônica, recorreu-se à leitura da obra “História e memória”, de autoria do historiador francês Jacques Le Goff¹, que aponta três sentidos para a palavra História: aquele dado por Heródoto, o que “procura das ações realizadas pelo homem”; o de Paul Veyne, da História com uma série de acontecimentos narrados; e o de *narração*, propriamente dita, seja real ou ficcional. O mesmo pesquisador considera “haver duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores” e não afasta a importância da periodização como “principal instrumento de inteligibilidade das mudanças significativas”².

A pesquisa fundamenta-se no entendimento da História Cultural, já que se evidencia a História Oral. Tradicionalmente, foram adotados dois princípios para a historiografia, os quais são estudados por Paul Veyne³.

Justificando esse entendimento, Veyne destaca:

[...] a evolução milenar do conhecimento histórico parece delimitada pelo aparecimento de dois princípios, dos quais cada um marcou uma direção. O primeiro vem dos gregos e diz que a história é conhecimento desinteressado e não lembranças nacionais ou dinásticas; o segundo, de nossos dias, afirma que todo fato é digno da história. Estes dois princípios decorrem um do outro; se estudarmos o passado por simples curiosidade, o conhecimento recai sobre o específico, pois ele não tem nenhuma razão para preferir uma

¹ Lee Goff, 2003, p. 18.

² Ibidem, p. 47.

³ Veyne, 1982.

individualidade a outra. Desde então, todo tipo de fato torna-se uma caça para o historiador, contanto que ele disponha dos conceitos e categorias necessárias para imaginá-lo: haverá história econômica ou religiosa, desde que se tenham meios de conceber os fatos econômicos e religiosos⁴.

Outro pensador francês, Roger Chartier, considera que os historiadores são produtores de textos e, neste sentido, destaca:

A escritura da história, mesmo a mais quantitativa, mesmo a mais estrutural, pertence ao gênero da narrativa, com a qual compartilha as categorias fundamentais. Narrativas de ficção e narrativas de história têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus “personagens”, uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção da causalidade⁵.

Já Le Goff tenta delinear em primeiro lugar os paradoxos e ambigüidades da história, para melhor defini-la como ciência, ciência original, mas fundamental, para depois recolocar o impasse **passado x presente** e considera haver duas histórias: “a da memória coletiva e a dos historiadores”⁶, e que não há, em história, *leis* comparáveis às que foram descobertas no domínio das ciências da natureza. Finaliza este bloco de estudos frisando, como Gordon Leff, a importância da periodização como “principal instrumento de inteligibilidade das mudanças significativas”⁷.

Em se tratando do tema relativo à história como ciência e ao ofício de historiador, o autor de “História e memória” levanta que a melhor prova de ser a história uma ciência é o simples fato de ela necessitar de técnicas, de métodos e de ser ensinada. Assim mesmo, anota a restrição de Lucien Febvre, ao dizer: “Qualifico a história de estudo cientificamente orientado e de ciência”⁸.

Para os teóricos mais ortodoxos e positivistas Langlois e Seignobos, há uma “profissão de fé” baseada no fundamento de que sem documentos não é possível haver história. Entretanto, na concepção de Le Goff, aí surge a dificuldade, pois: “se o documento é mais fácil de definir e referenciar que o fato histórico, que nunca é dado tal e qual, mas construído, não são menores os problemas que se põem ao historiador”⁹.

O pesquisador traça um panorama da história contemporânea, seu papel social e sua renovação como prática científica, numa retrospectiva que envolve momentos como: a gênese do processo, o desenvolvimento da história econômica e social, o papel da ciência

⁴ Ibidem, p. 60.

⁵ Chartier, 2002, p. 14.

⁶ Le Goff, 2003, p. 29.

⁷ Ibidem, p. 47.

⁸ Ibidem, p. 105.

⁹ Ibidem, p. 106.

histórica alemã em torno da revista “Vierteljahrsschrift für Sozial-und Wirtschaftsgeschichte” (1903); nomes como os de Ruggiero Romano, Pierre Vilar, Guy Boss, Fénelon, Montesquieu, Voltaire, Chateaubriand e Guizot.

Autores citados por Jacques Le Goff, ressaltam que a fundação da revista “Annales d’Histoire Économique et Sociale”, no ano de 1929 e “Annales, Économies, Sociétés, Civilisation”, em 1945, obra de March Bloch e Lucien Febvre, é considerada como “um ato que fez nascer a nova história”¹⁰.

Hierarquizando esses princípios, Pierre Nora¹¹, citado por Antonio Torres Montenegro¹², concebe que, em sua evolução, a História se apresenta pelo menos sob três formas. Segundo a sua concepção, do simples registro, à análise científica, houve um longo processo: História Narrativa ou Episódica, História Pragmática, História Científica e História dos Annales.

Nesse sentido, no plano da história, todos os fenômenos que se poderiam chamar de acontecimentos de curta duração, inscrevem-se em um movimento muito mais longo que o espocar de fenômenos passageiros.

Portanto, a história que se escreve de maneira consciente e inconsciente está marcada pela época em que se vive. Fotografar, registrar alguns ângulos das diversas dimensões do real é uma forma de estabelecer, associar acontecimentos e fatos.

Diante dessa perspectiva estabelece-se a história cultural e o seu braço forte, a história oral, que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões do mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo.

Segundo a visão de Verena Alberti...

[...] o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam. Historicamente, esse método de aproximação do objeto de estudo não é nada recente. Já Herodoto e Tucídides lançavam mão de relatos e depoimentos para construir suas narrativas históricas sobre acontecimentos passados. [...] ¹³.

¹⁰ Ibidem, p.129.

¹¹ Nora, 1986, p. 46.

¹² Montenegro, 2003, p. 10.

¹³ Alberti, 2005, p.18.

Assim, considerando esses fundamentos, podemos admitir que o objeto do trabalho, ora apresentado, enquadra-se no campo da história cultural, fundindo-se nos conceitos fundamentais da história oral, pois tem estreita relação com o passado e a memória.

Seguindo-se essa orientação científica, é de bom alvitre considerar-se que, no estudo das origens históricas da Maçonaria, temos, inicialmente, uma série de acontecimentos narrados, que formaram a própria compreensão da Maçonaria Lendária, aquela iniciada no Antigo Egito; e a Real – fundamentada em documentos históricos desde a sua fase operativa, ou de ofício. Um desses documentos é o manuscrito *Regius*¹⁴, também conhecido como “Old Charges” (Velhas Obrigações), tão importante para a História quanto a Constituição de 1723, compilada por Anderson e Désaguliers.

Com a evolução da Maçonaria européia, as bases da instituição se estenderam, atravessando para os Estados Unidos da América do Norte, onde foram fundadas várias lojas maçônicas. A Maçonaria americana, – da qual procede parte da Maçonaria portuguesa, de cujas bases nasceu a Maçonaria brasileira, – adotou o segmento especulativo, com forte viés social, mutuário e filantrópico, não se descuidando de pugnar pela garantia da igualdade e liberdade da pessoa.

Nesse sentido, a Maçonaria norte-americana respaldou a trajetória da participação política dos cidadãos, passando por seus primórdios com a concepção do associativismo voluntário, estudado por Aléxis de Tocqueville. Este filósofo admite que todo o empreendimento dos norte-americanos está em manter a democracia por meio de maior igualdade e liberdade, razão pela qual se esforçam para manter a coisa pública e a ajuda mútua e, nesse sentido, ressalta: “Devo dizer que muitas vezes vi americanos fazerem grandes e verdadeiros sacrifícios à coisa pública, e observei cem vezes que, quando necessário, quase nunca se furtam de prestar fiel apoio uns aos outros”¹⁵.

Toqueville, em outra passagem, destaca o espírito público e o caráter associativo da vida civil dos americanos:

Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, estão constantemente a se unir. Não só possuem associações comerciais e industriais, nas quais tomam parte, como ainda existem mil outras espécies: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais e muito pequenas. Os americanos associam-se para dar festas, fundar seminários,

¹⁴ O *Codex Regius* é um manuscrito islandês no qual está preservada a Edda poética e que é considerado como tendo sido escrito na década de 1270. Ele provavelmente foi escrito a partir de vários outros manuscritos que hoje não existem mais. Muitos dos poemas e das histórias contidas no manuscrito datam de antes da conversão da Escandinávia ao Cristianismo no fim do século X.

¹⁵ Tocqueville, 1962, p. 391.

construir hotéis, edifícios, igrejas, distribuir livros, enviar missionários aos antípodas; assim também criam hospitais, prisões, escolas¹⁶.

Na opinião da pesquisadora Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do Nascimento, Alexis Tocqueville na sua viagem que realizou nos Estados Unidos no ano de 1835, – “antevira que o país despontava com uma nova configuração social e, conseqüentemente, política. Diferentemente da Europa, não foi o Estado que estabeleceu a sociedade.”¹⁷

Mais adiante, a mesma pesquisadora destaca:

Para Tocqueville, a associação consistia na adesão pública que um grupo de indivíduos dava a determinadas doutrinas e se comprometiam para fazê-las prevalecer, envidando todos os esforços na direção de um só objetivo. Os homens que caminhavam para o mesmo objetivo não eram obrigados a marcharem pelos mesmos caminhos, sacrificando sua vontade e razão, mas a aplicarem-nas para o êxito de uma empresa comum. O direito de associação era uma importação inglesa que existia na América desde a sua fundação, e neste país tomara uma nova configuração¹⁸.

A Maçonaria surge, assim, como uma instituição civil, capaz de estabelecer dentre as suas finalidades o espírito associativo, “pela ação recíproca dos homens uns sobre os outros”. Da mesma forma, “para que os homens permaneçam civilizados, ou assim se tornem, é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e se aperfeiçoe na medida em que cresce a igualdade de condições”¹⁹.

Seguindo essa orientação doutrinária, as Lojas Maçônicas no Brasil nasceram como associações voluntárias desde as primeiras décadas do século XIX, mantendo-se com essa estrutura até os dias atuais. Foram concebidas dentro da concepção da Maçonaria democrática, desfrutando de personalidade jurídica, vinculada a um Poder Central, o Grande Oriente do Brasil. A Maçonaria não é uma seita religiosa, embora o único obstáculo para aceitação de um novo membro seja o ateísmo, já que os maçons professam a crença em um ser supremo. Ela é supra-religiosa, pois aceita em seu bojo cristãos, judeus, muçulmanos, budistas e qualquer homem de fé.

No caso deste trabalho, destacaremos a contribuição da Maçonaria para a prática educacional em Aracaju, no período compreendido entre 1970 a 1980, com base na documentação disponível: jornais, constituições, regulamentos, relatórios, manifestos, discursos e conferências.

¹⁶ Ibidem, p. 391-392.

¹⁷ Nascimento, 2007, p. 55.

¹⁸ Ibidem, p. 56.

¹⁹ Tocqueville, 1962, p. 394.

Nesse mesmo sentido, estudamos a Maçonaria em Sergipe e a sua participação educacional no estado, consultando atas e o Regimento Interno da Loja Maçônica Cotinguiba, a Constituição do Grande Oriente do Brasil, o Regulamento Geral da Ordem. Da mesma forma, analisamos a ata de instalação e os estatutos da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, adstrita à Loja Maçônica Cotinguiba, e avaliamos a sua importância para a população carente de Aracaju.

A opção pela amostragem da preocupação da Maçonaria sergipana com a formação do ensino profissionalizante partiu da constatação empírica da forte presença de empresários do comércio no corpo da Loja Maçônica Cotinguiba, desde o período provincial até o período estudado, que se ressentiam da escassez de mão de obra especializada, especialmente no campo da datilografia.

Em relação ao período escolhido (1970-1980), foram levados em conta dois critérios. O primeiro é aquele da história da Maçonaria Universal que, a rigor, pode ser classificado em dois momentos, a saber: aquele em que dimensiona a Maçonaria Universal e a atuação da Maçonaria no Brasil.

O outro critério tem a ver com a história da Maçonaria em Sergipe. Diz respeito à criação da Liga Sergipense contra o Analfabetismo e à sua importância com campo do combate ao analfabetismo nas primeiras décadas do século XX, especialmente, no período de 1916 a 1950, cujo estudo da instituição foi realizado por Clotildes Farias de Sousa²⁰; de igual modo, destaca a contribuição da Loja Maçônica Cotinguiba, para a prática educativa em Aracaju.

É necessário acrescentar que em Sergipe, não existem outros trabalhos sobre a Loja Maçônica Cotinguiba e a sua contribuição para a prática educacional, especialmente se forem deixados de lado o dicionário de Armino Guaraná²¹, o álbum de Clodomir Silva²², as efemérides de Epifânio Dória²³ e o ensaio que editamos em 2000, com o título “A Loja Maçônica Cotinguiba nos caminhos da história”²⁴; tais trabalhos estão, invariavelmente, limitados por sua abordagem descritiva. Já a pesquisa analítica, transformada em dissertação de mestrado de Clotildes Farias de Souza, envolve o estudo e a avaliação de informações pertinentes à Liga Sergipense Contra o Analfabetismo.

²⁰ Sousa, 2004.

²¹ Guaraná, 1925.

²² Silva, 1920.

²³ Dória, 2009.

²⁴ Anderson Nascimento, 2000.

Além das razões acima mencionadas, esta dissertação é entendida como uma boa oportunidade para a análise da Maçonaria sergipana no campo da educação profissionalizante, dimensionando-se a sua atuação na preparação de mão-de-obra especializada, no campo da datilografia, para as atividades burocráticas do serviço público e das empresas da iniciativa privada de Aracaju, desde a década de 1970.

O problema desta pesquisa consiste em saber: como a maçonaria sergipana, representada entre 1970 e 1980, pela Loja Maçônica Cotinguiba, influenciou a prática do ensino profissionalizante na capital sergipana. Trata-se, portanto, de um problema com uma noção-chave: a construção de uma escola de datilografia para as classes populares, atendendo a pessoas de ambos os sexos.

No desenvolvimento da pesquisa chegamos à conclusão que a atuação da Maçonaria no campo da educação teve início com o combate ao analfabetismo, realizado desde 1916 pela Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, sociedade civil dirigida por membros da Loja Maçônica Cotinguiba, em Aracaju. As escolas mantidas e criadas pela Loja Maçônica Cotinguiba propunham-se a alfabetizar os sergipanos e difundir a instrução para promover o progresso e alargar a civilização, disseminando os princípios democráticos e a defesa da liberdade, principalmente a liberdade de consciência.

Por outro lado, as elites dirigentes da Maçonaria pugnaram pela universalização do ensino laico, que se transformou na principal bandeira de luta contra os conservadores. A loja assumiu uma função pedagógica, ao promover a formação política na mais ampla acepção do termo. A estratégia maçônica voltou-se para os setores populares, através da ampliação quantitativa das escolas leigas de alfabetização.

No decorrer das primeiras décadas do século XX a Loja Maçônica Cotinguiba, através da Liga Sergipense contra o Analfabetismo cumpriu essa missão. A Liga, porém, começou a perder a sua finalidade com a criação pelo governo do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que propunha promover a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida", segundo a disposição do artigo 1º, da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967²⁵. Sob o movimento criado e mantido pelo regime militar, durante anos, jovens e adultos frequentaram as aulas do MOBRAL, sem, no entanto, atingirem um nível aceitável de alfabetização ou letramento.

²⁵ Brasil, 2009i.

Porém, a recessão econômica inviabilizou a continuidade do empreendimento que demandava altos recursos para se manter.

A Loja Maçônica Cotinguiba optou, então, pela prática educativa profissionalizante, enveredando-se, a partir de 1970, no campo do ensino profissionalizante, ao instalar, na parte térrea do secular prédio da Rua Santo Amaro, nº 171, em Aracaju, Sergipe, um curso de datilografia, ainda, sob a chancela da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo e curso de corte e costura e de culinária.

A educação profissional, definida como complementar à educação básica, desenvolveu-se no Brasil, em diferentes níveis, para jovens e adultos com escolaridade diversa.

Assim, a educação profissional tem como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a re-profissionalização para trabalhadores com qualquer escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis médio e superior. Enfim, a educação profissional deve levar a pessoa ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Por outro lado, a educação profissional no Brasil sempre esteve associada à formação de mão-de-obra, pois, desde seus primórdios, estava reservada às camadas pobres da população.

No decorrer do Estado Novo, entre os anos de 1942 e 1946, foram baixados oito decretos-lei (Decreto-Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI; Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial; Decreto-Lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; Decreto-Lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial; Decreto-Lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional; Decreto-Lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal; Decretos-Lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o SENAC; Decreto-Lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola), conhecidos como as Leis Orgânicas da Educação Nacional²⁶.

Na prática, essa legislação criou dois pólos, um que reuniu o ensino secundário e normal, que se destinou, praticamente, a formar pessoas oriundas da classe média, ficando o outro destinado ao ensino profissional, oferecido aos carentes de recursos econômicos.

²⁶ De [Brasil, 2009a] até [Brasil 2009h].

Com isso, cristalizou-se na sociedade a idéia de que o ensino secundário, ao lado do ensino normal, era destinado aos que detinham o saber, enquanto o ensino profissional estava voltado apenas àqueles que executavam as tarefas manuais, pelo que, preconceituosamente, era considerada como uma educação de segunda categoria.

No caso deste estudo, concentramos a prática educativa profissionalizante na cidade de Aracaju, que elegemos, então, como o campo empírico para a pesquisa no período estudado, pois àquela época todas as atividades da Loja Maçônica Cotinguiba estavam concentradas na capital sergipana. Considerando essa argumentação e a descrição do objeto da pesquisa, já referido, é conveniente precisarmos o aspecto sobre o qual trataremos: analisar a contribuição da Maçonaria para a prática do ensino profissional em Aracaju, no período de 1970 a 1980, já que, nessa época, era grande a procura de datilógrafos. Com a evolução das máquinas de escrever, o curso ofertado pela Maçonaria perdeu o seu *glamour* a partir do ano de 1980, especialmente, quando as máquinas passaram a ser elétricas e dando lugar às máquinas de última geração que tinham memória, recursos de programação e, acopladas a microcomputadores, transformam-se em impressoras, o que requeria cursos de mecanografia mais avançados.

Diante dessas considerações, ressaltamos que este trabalho tem a seguinte hipótese: existe uma relação causal entre a oferta de diplomados em datilografia para os escritórios de empresas comerciais e do serviço público, em Aracaju.

E, para a consecução do trabalho, utilizamos a metodologia da pesquisa bibliográfica, além dos documentos e entrevistas, sob cujas informações estruturamos o texto em dois capítulos. O primeiro capítulo aborda aspectos relativos às origens da Maçonaria e a atuação da Maçonaria no Brasil. O segundo capítulo trata das Práticas Educativas da Maçonaria em Aracaju.

2. A TRAJETÓRIA DA MAÇONARIA

A História da Maçonaria confunde-se com a própria História da humanidade.

As bases remotas da Maçonaria estão, assim, assentadas no Egito, e a prática educativa na transmissão dos conhecimentos entre os homens, feita oralmente. Os construtores das pirâmides egípcias tinham um conhecimento diferenciado, que se destacava dos demais, e esse conhecimento era passado de pai para filho (ou para as pessoas próximas).

Castelani²⁷ anota que, em relação à Maçonaria, há autores que defendem sua origem egípcia, dizendo que as práticas hebraicas, hoje presentes em alguns ritos maçônicos, foram transmitidas aos hebreus por Moisés, que teria sido iniciado nos Mistérios Egípcios.

É provável que Moisés, criado por família nobre, depois de ter sido achado boiando, dentro de um cesto, no rio, tenha tido contato com a classe sacerdotal, aprendendo os rudimentos dos ritos mágicos do clero egípcio; todavia, sendo estrangeiro, é pouco provável que tenha se aprofundado nesses ritos, pois os sacerdotes não permitiriam, como não permitiram a outros estrangeiros, como Platão, Pitágoras, Apuleio e Heródoto, que só tiveram acesso à parte mais superficial dos ritos, os Mistérios Menores. Esclareça-se que o próprio nome de Moisés mostra a sua obscura origem: em egípcio "m'ses", ou "moses", significava filho; assim, ao designar os nomes, a palavra vinha sempre junta com outra, designando a filiação, como é o caso dos nomes de diversos faraós, que se apresentavam como filhos de um deus, como, por exemplo, Ramsés, ou Ramoses (filho de Rá), e Tutmés, ou Tutmoses (filho de Toth); o grande condutor do povo hebreu era apenas "M'ses" (filho).

Segundo o mesmo pesquisador, existem influências da antiga civilização egípcia na Maçonaria atual – foi a partir do século XVIII que os símbolos alusivos às antigas civilizações foram sendo introduzidos – podendo ser citadas:

- a. As colunas do pórtico do templo, que embora baseadas naquelas existentes no templo de Jerusalém, são egípcias, desproporcionais, e mostrando, estilizadamente, as duas plantas sagradas do Antigo Egito: folhas de papiro e flores de lótus. São colunas, como as egípcias, sem função de sustentação, como as colunas gregas, cuja função – principalmente no caso da coluna dórica – era suportar o peso de um entablamento. Nesse ponto, os hebreus imitaram os

²⁷ Castelani, 1977, p. 52.

egípcios, ao colocar, no pórtico do templo de Jerusalém, colunas livres, sem função de sustentação e erigidas no sentido de homenagear ancestrais (como é o caso de Boaz²⁸ e Jachin²⁹, ancestrais hebreus).

- b. A abóbada estrelada, encontrada em muitos templos maçônicos, tem origem na arte templária do Antigo Egito. Os templos egípcios representavam a Terra, da qual cresciam as colunas (dezenas e centenas delas), como gigantescos papiros, em direção ao céu estrelado. Em Luxor ainda existem templos relativamente bem conservados, onde pode ser vista essa decoração estelar.
- c. A lenda de Osíris (o Sol) e de Ísis (a Lua) também deve ser considerada como a precursora da lenda do artífice Hiram Abi, ensinada no terceiro grau maçônico. De acordo com a lenda egípcia – em rápidas pinceladas – Osíris, morto por seu irmão Seti, teve o seu corpo encontrado por Ísis, que o escondeu. Seti, ou Tifão, encontrando o corpo, esquartejou-o e o dividiu em quatorze pedaços, que foram espalhados pelo Egito. O corpo, todavia, foi reconstituído por Ísis e, redivivo, passou a reinar, tronando-se o deus e o juiz do reino dos mortos, enquanto seu filho Hórus lutava com Seti e o abatia. Essa lenda, inclusive, não é totalmente egípcia, pois, com pequenas variações, fazia parte do patrimônio místico de todos os povos da Antiguidade, como um mito solar; na realidade, Osíris (o Sol), é morto por Seti (as trevas) no 17º dia do mês egípcio Hator, que marca o início do inverno; e revive no início do verão.

Na opinião de Renato de Alencar...

A Maçonaria está repleta de tradições egípcias, o que atordoa os pesquisadores mais serenos e metódicos. A origem dessas tradições que a Maçonaria nutre e cultiva com grande devoção e sinceridade assenta no fascínio dos mistérios da antiguidade confiados às castas sacerdotais, cuja sabedoria e interpretação de símbolos, orações e parábolas eram transmitidas aos iniciados em varias etapas³⁰.

²⁸ Boaz ou Booz – Bisavô de Davi (Ruth 1:13:22). Deriva-se de B, que significa “em” e oaz, “força”, e portanto “na força”, e era o nome simbólico da primeira coluna do pórtico do templo de Salomão (I Reis 7:21 e II Crôn. 3:17), a par da coluna *Jachin*.

²⁹ Jachin – Nome hebraico derivado de Jah, abreviatura de Jeová (*Sal.* 68:4), e de achin, “estabelecer”. Era a segunda coluna do Templo de Salomão à Mao direita, isto é, ao Sul, no pórtico ou à entrada (I Reis 7:21) e se ergue num dos lados da entrada dos templos maçônicos, a par da coluna *Boaz* “na força”, do lado esquerdo oi norte. Portanto, as duas combinadas significam “Deus se estabelecerá em força” ou “como uma fortaleza”.

³⁰ Alencar, 1968, p. 13

Como naquela época não existia uma tradição escrita para transmitir esse conhecimento, o mesmo era transmitido verbalmente. A Maçonaria atual adota esse simbolismo da Antiguidade para transmitir seus conhecimentos, via oral.

A História da Maçonaria pode ser dividida em três períodos: o antigo ou lendário, o medieval ou operativo, e o moderno ou especulativo.

Leadbeater, afirma que...

[...] do período antigo ou lendário, não se tem conhecimento sobre a origem da Maçonaria, mas alcança, mais ou menos, o século V antes de Cristo, cujo advento maior é a construção do Templo de Salomão, pelos trabalhadores de pedras, que manobravam seus maços com tal maestria, que não se ouvia o baterem do martelo no esquadrejamento das pedras que seriam utilizadas na edificação do Templo [...] ³¹.

No início da Idade Média, surgiram as *Collegias Fabrorum*³². Depois, na Alemanha, estas organizações passaram a ser denominadas de *Guildas*³³ de operários. As associações tinham por base guardar os segredos das profissões, e o faziam de modo a serem confiados a poucos, após um demorado tempo de aprendizado. Naquela época, os trabalhadores de pedras, reunidos em associações ou *Guildas* tinham seus serviços contratados para construção de palácios, catedrais, mausoléus, pontes, etc..

Os maçons da idade lendária e medieval são tidos pelos historiadores como maçons operativos, expressão advinda do trabalho material de muitos, enquanto o trabalho do intelecto era privilégio de uns poucos.

Indícios da existência da Maçonaria, ou pelo menos da sua simbologia e da sua filosofia, são encontrados desde 5000 a.C. No interior de várias pirâmides, templos e túmulos daquela época foram identificados alguns dos símbolos até hoje utilizados em rituais maçônicos.³⁴ Dentre esses símbolos podemos identificar a estrela, o olho de Horus, o Sol, a Lua e o triângulo.

Maçonaria é, portanto, um movimento filosófico, educativo, filantrópico e progressista que adota a investigação da Verdade, em regime de plena liberdade. Ela é, pois, uma sociedade formada por livres pensadores, amantes da cultura moral. Este é o seu papel principal, e este caráter explica o prestígio dos seus princípios através dos séculos.

Outros estudiosos, entretanto, sugerem que a Maçonaria pode ser definida como sendo...

³¹ Leadbeater, 1968, p.13.

³² *Collegias Fabrorum*, associações de artífices de mesmas profissões.

³³ As *guildas* eram associações de artesãos de um mesmo ramo.

³⁴ Anderson Nascimento, 2000, p. 11.

[...] um sistema sacramental que, como todo sacramento, tem um aspecto externo e visível, consistente de seu cerimonial, doutrinas e símbolos e outro aspecto interno, mental e espiritual, oculto sob as cerimônias, doutrinas e símbolos, e acessível só ao maçom que haja aprendido a usar sua imaginação espiritual e seja capaz de apreciar a realidade velada pelo símbolo externo [...]³⁵.

O cunho filosófico da Maçonaria, uma das razões por que ela se constitui de forma velada, é justamente a pesquisa dessa verdade, ou seja, da essência do ser humano. A Maçonaria buscou sua essência filosófica, nas mais diversas escolas do pensamento humano.

É possível descobri-la entre os filósofos gregos dos períodos romano e helenístico. Sua identificação fica mais clara ainda, quase que em sua totalidade, junto às escolas filosóficas modernas: Renascimento³⁶, Racionalismo³⁷ e Iluminismo³⁸.

Além da prática do livre pensamento, a filosofia moderna traz impregnada em sua estrutura, um programa que vai desde a valorização da vida natural, passando pela ciência e investigação científica, até o reconhecimento dos valores e direitos individuais.

A Maçonaria é uma instituição universal, fundamentalmente filosófica, trabalha pelo advento da justiça, da solidariedade e da paz entre os homens.

Para Moisés Mussa Battal, a Maçonaria não é uma escola filosófica, mas uma escola do filosofar. Para ele...

A tarefa essencial da filosofia maçônica é irradiar a luz de nossos princípios e de nossos hábitos para melhorar a condição humana. Mais que monovalente, ou seja, de uma só linha, de uma só raiz, ela é polivalente. Tem vertentes, então, que a alimentam e ela se reparte como um delta no mundo profano. É tradicionalista e às vezes progressista; isto parece um paradoxo, mas não o é; tradição é conservar o melhor do passado para utilizá-lo em compreender mais o presente e preparar um porvir melhor que o presente. Ela não é o ensinamento de um conjunto de normas e princípios; nem um pensar exclusivo e excludente; é uma reflexão da vida e para a vida³⁹.

³⁵ Figueiredo, 1970, p. 217.

³⁶ Renascimento ou Renascença, período da história européia, compreendido entre o finda Idade Média e o início da Idade Moderna (1350-1650), e caracterizado por profundas transformações na vida econômica, social, política, religiosa e cultural.

³⁷ Racionalismo, corrente filosófica segundo a qual a fonte do conhecimento certo, verdadeiro e indubitável é a própria razão, e não os sentidos. Desenvolveu-se na Antiguidade sobretudo com a tradição socrático-platônica. Na Idade Moderna, constituiu uma das duas principais vertentes da reflexão filosófica, ligando-se ao desenvolvimento da matemática e da física.

³⁸ Iluminismo ou Ilustração, ou Século das Luzes, movimento intelectual que caracterizou o pensamento europeu (principalmente na França, Inglaterra e Alemanha) do séc. XVIII, tendo como centro a crença no poder da Razão para solucionar os problemas sociais.

³⁹ Battal, 1991.

A Maçonaria não nasceu com o nome de Maçonaria e tão pouco, com o de Franco-maçonaria. Ela teve inúmeros nomes e foi alterando a sua constituição no aperfeiçoamento até que, achou o nome atual fixando-se nele, por ser a melhor expressão que diz dos seus objetivos e de suas raízes. O termo Franco-maçonaria designou a Maçonaria especulativa iniciada na Inglaterra onde o maçom (mason) passou a ser “free-mason” (livre maçom ou maçom livre) isto é, maçom que não pertencia a corporações ou sociedades de construtores e a Maçonaria, “Masonry”, que é o ofício de pedreiros.

Segundo os etimologistas, o vocábulo *maçom*, procede do germânico *makio*, radical, *makon*, fazer, o que deu o alemão atual “machen”, latinizando-se em *machio*, francês “maçon”, inglês “mason”, português “maçon”, “maçom” ou “mação”, grafia esta última, que não pegou. Desde sua origem significa pedreiro, construtor, o que em língua espanhola é “albañil”, mestre ou oficial “albañileria”⁴⁰.

A Franco-maçonaria ou Maçonaria livre é, atualmente, sinônima de Maçonaria, bem como, não há nenhuma diferença entre francomaçom e maçom.

Nesse mesmo sentido, Ferrer-Benimeli esclarece:

A primitiva sociedade de obreiros de Estrasburgo foi conhecida no início sob o nome de “Irmãos de São João”. Mais tarde, quando em sua direção predominaram monges, eles foram chamados de “confrades” e, finalmente, parece que foi em Estrasburgo que os construtores da catedral começaram a se chamar de “franco-maçons”. No entanto, segundo Findel, foi na Inglaterra, em 1350, que apareceu pela primeira vez a denominação de franco-maçom, ou de *free-stone-mason*, quer dizer maçom [pedreiro] livre que trabalha a pedra ornamental, para distingui-lo do *rouge-mason*, trabalhador rude, normalmente aplicado aos escavadores ingleses⁴¹.

Realmente, os pedreiros da época equivaliam a arquitetos, engenheiros, empreiteiros. Para não perderem a hegemonia na construção civil, militar e religiosa, eles mantinham os segredos da profissão, que eram passados aos aprendizes e aos companheiros, em sessões especiais. Com o decorrer do tempo, as instruções transformaram-se em fóruns e foram transferidas para locais chamados de “lodges” (lojas).

Com a reorganização da Maçonaria na Inglaterra, em 1717, os maçons não eram mais pedreiros ou construtores de obras materiais, e sim, do edifício moral da sociedade humana.

⁴⁰ Alencar, 1968, p. 16.

⁴¹ Ferrer-Benimeli, 2007, p. 25.

A Maçonaria passou, então, a apresentar duas partes fundamentais que foram o seu ponto de partida e que se mantêm inalteradas até a presente data: A adoração de um Deus e o lema da igualdade entre os homens⁴².

A Maçonaria é, portanto, uma sociedade e um conceito filosófico. O termo maçon, que tem origem na Língua Francesa, significa construtor. Dessa forma os maçons são os construtores da humanidade e a expressão Maçonaria simbolicamente representa a construção.

No estudo das origens históricas da Maçonaria tem-se, inicialmente, uma série de acontecimentos narrados, que formaram a própria compreensão da Maçonaria Lendária, aquela iniciada no Antigo Egito; e a *Real* – fundamentada em documentos históricos desde a sua fase operativa, ou de ofício. Um desses documentos é a Carta de Bolonha, datada de 8 de agosto de 1248, redigida em Latim, por ordem de Bonifacii De Cario, prefeito daquela cidade italiana.

O *Statuta Ordinamenta Societatis Magistrorum Tapia et Lignamiis*, ou Carta de Bolonha, é considerado como o mais antigo de todos os documentos maçônicos sobre a Maçonaria Operativa. É anterior, em 142 anos, ao Poema Regius (1390)⁴³; 182 anos em relação ao Manuscrito Cooke (1430/40); 219 anos em relação ao Édito de Estrasburgo reconhecido pelo Congresso Ratisbona em 1459 e autorizado pelo imperador Maximiliano em 1488; e antecede em 59 anos o Preambolo Veneziano dei Taiapiera (1307)⁴⁴.

Na história oral da Maçonaria, a importância da Carta de Bolonha está referenciada tanto pelo aspecto jurídico, quanto pelo aspecto simbólico e representativo, porque a situa, por sua cronologia e importância, à altura do Poema Regius, em relação ao qual é muito mais antiga.

O período moderno ou especulativo surgiu durante o século XVII, quando a construção de catedrais estava em declínio, o que levou muitas *Guildas* de trabalhadores de pedra a aceitar, como membros, pessoas de letras eruditas, que deram outro direcionamento à Maçonaria, tornando-a especulativa. Como não eram profissionais da arte da construção, foram rotulados de maçons aceitos. Como resultado dessa evolução importante, teve início a Maçonaria, tal como é hoje conhecida.

⁴² CAMINO, Rizzardo da. **Introdução à Maçonaria**. 1º vol., Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1972, p.15

⁴³ O **Poema Régio**, também conhecido como Manuscrito Halliwell, é um dos mais antigos documentos maçônicos e trata especificadamente sobre obrigações morais, até que, em 1840, um antiquário inglês de nome James Orchard **Halliwell-Phillips** (que não era maçon) estudou-o e descobriu que, em sua essência, um documento relativo à Maçonaria operativa.

⁴⁴ O. M. S. O. I. Brasil, 2009.

2.1. A MAÇONARIA UNIVERSAL

Os primeiros historiadores da Ordem, os Anderson⁴⁵, Desaguliers, Ramsay, Lalande, entre outros, ao buscarem as origens da Maçonaria, inventaram lendas sobre a sua criação para lhe dar uma certa nobreza.

Para Ferrer-Benimeli, era essa a mentalidade do século XVIII, a época da grandeza.

Mais adiante, o mesmo historiador afirma:

Eles queriam que sua associação tivesse uma origem nobre. Cegos pela vaidade e pela ambição de remontar a gênese da instituição a uma alta antiguidade, houve escritores que se deixaram induzir em erro pela analogia existente entre os símbolos e os costumes das Lojas e os dos antigos mistérios. Em vez de procurar a maneira como essas praticas foram introduzidas na Franco-maçonaria, eles se apoiaram em hipóteses para convertê-las na própria origem da instituição, considerando-as como indicação certa de filiação direta⁴⁶.

Surge então, a Franco-Maçonaria que se fundamentou como uma sociedade de mistério, baseada na iniciação gradual, que forma uma fraternidade, composta por chamados francosmaçons, cujos lugares de reuniões se chamam Lojas e passou a existir com a Grande Loja da Inglaterra em 1723, reunindo as suas antigas cartas numa Constituição conhecida como “Constituição dos Maçons Livres” ou a “Constituição de Anderson”.

É a Maçonaria Especulativa, com o traço judaico-cristão. Suas bases são encontradas em lendas, pois inexistem documentos comprobatórios da sua existência anteriores à Carta de Bolonha e ao Poema *Regius*, que faz referência aos Quatro Mártires Coroados⁴⁷.

⁴⁵ James Anderson – Pregador presbiteriano em Londres, autor das Constituições maçônicas de 1721. Com o Dr. Desaguliers, coligiu e reviveu todos os trabalhos maçônicos de seu conhecimento, codificando os usos maçônicos e formulando os princípios da Maçonaria reorganizada, que publicou em 1723. Sua obra foi bastante notável (FIGUEIREDO, 1970, p. 38).

⁴⁶ Ferrer-Benimeli, 2007, p. 25.

⁴⁷ Os quatro santos coroados são: Castório, Cláudio, Nicóstrato e Sinfrônio e foram torturados e depois martirizados em Pannonia (hoje Hungria), visto que eram escultores em Sirmium (antiga Iugoslávia) e se recusaram a esculpir uma estátua pagã para o Imperador Diocleciano (243-305). Um quinto mártir chamado Simplicio também morreu com eles. A explicação mais convincente é que os cinco homens que foram martirizados em Pannonia, um dos quais era Simplicio e este teria sido omitido na contagem. Algum tempo depois as relíquias dos quatro foram trazidas para Roma e enterradas na Via Labicana e de Simplicio teria ficado lá. A tradição diz que eles foram torturados por não quererem fazer uma escultura do deus *Aesculapius*, o deus grego da medicina. Mais tarde o Papa Miltiades indicou os nomes dos cinco com sendo os mártires coroados, os chamados *Santi Quatro Incoronato*. Eles são venerados na maçonaria inglesa, visto que os escultores em pedra (maçons) da Idade Média tinham os quatro mártires em especial veneração.

Outro manuscrito antigo é o de Cooke⁴⁸ do século XV que reúne a construção do Templo de Salomão, com três personagens bíblicos: Jabal, Jubal e Tubalcain, surgindo assim a lenda de Hiram Abif.

A lenda vem sendo alterada e simplificada, conservando-se, todavia, uma muito antiga:

Hiram Abiff, também chamado Hiram-Abi ou Hiram-Abi (II, Crôn. 2: 13-14), é o filho de uma viúva da tribo de Neftali (I, Reis 7:14) do arraial de Dan. Hábil decorador e metalúrgico, o rei de Tiro, seu homônimo, o enviou a Salomão para trabalhar os querubins, colunas e adornos do suntuoso templo que mandara edificar em Jerusalém, a fim de perpetuar em moldes judaicos o culto que o Iniciado Moisés trouxera do Egito e que vigorara até a época de seu pai Davi. Tornou-se Hiram Abiff o herói central do drama iniciático franco-maçônico, no terceiro grau, porque, segundo a lenda, preferiu sacrificar sua vida à sanha assassina dos ‘três maus companheiros’, a revelar-lhos a Palavra do Mestre e o segredo correspondente, para que não caíssem em mãos não preparadas⁴⁹.

Este mito iniciático vincula a Franco-Maçonaria aos sistemas congêneres da Fenícia e Judéia e aos antigos cultos egípcios, assírios, hindus, gregos e cristãos, onde se comemora a morte e ressurreição de Osíris, Tammuz, Krishina, Adônis e Cristo, considerados como Encarnações Divinas entre seus respectivos povos, em épocas diferentes.

Esses altos e divinos Heróis-Mártires personificam o Astro-Rei, o Sol, tomado na Antigüidade como o mais majestoso símbolo da Divindade, eternamente se sacrificando para alentar, iluminar e libertar a humanidade das trevas. Anualmente o Astro-Rei morre ou eclipsa-se ao penetrar aparentemente nos signos inferiores do Zodíaco, e fica sepultado durante o solstício de inverno (em relação ao hemisfério norte), para depois *ressuscitar* estuante e esplendente de poder e glória no equinócio da primavera. Por isso era então o Sol tradicionalmente homenageado como uma bela e alegórica representação natural dos heróis, semideuses e salvadores nacionais ou regionais, e daí as antigas festividades solsticiais e equinociais, ainda rememoradas no Cristianismo e na Maçonaria.

Segundo diversas passagens bíblicas, os hebreus também tributavam honras semelhantes a outros deuses, a ponto de os profetas os censurarem (Ezequiel 8:14), e o próprio rei Salomão não era monoteísta ortodoxo (I Reis 11:5-7), talvez por seu respeito às crenças dos países seus vizinhos e às várias tribos que ele governava. Demonstrou esse

⁴⁸ O Manuscrito *Cooke*, ficou assim conhecido, porque o maçom Matthew J. Cooke foi o primeiro a divulgá-lo. Sua publicação foi feita em Londres, em 1861. O Manuscrito é todo escrito em prosa. Contém imensas citações de célebres autores, narra as origens da Fraternidade, tendo como locais o Egito e a Judéia. Encontramos também, prescrições relativas à assembléia, instruções para novas admissões, referência à jurisdição do xerife e uma declaração de que a assembléia foi fundada, afim de que humilde e elevado, sejam bem servidos nesta arte, por toda a Inglaterra.

⁴⁹ FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio. Ob, cit, p. 176.

mesmo espírito universalista e conciliador na construção de seu templo místico de Jerusalém, onde os três principais arquitetos do Templo representam três linhas de tradição diferentes: Salomão, herdeiro da linha de sucessão derivada de Moisés, iniciado nos mistérios egípcios; Hiram, rei de Tiro, conservando a descendência caldéia, e Hiram Abiff, descendente de uma linha independente dessas duas, porém de origem e costumes mais tribais, primitivos e sanguinários. Hoje, em escala mais ampla, essa universalidade continua a ser a característica da Maçonaria, que sempre visou e visa erguer e fortalecer em todos os quadrantes do mundo as três colunas emblemáticas dos superiores atributos representadas por esses três personagens, e de cuja estabilidade e progresso dependem o bem-estar das nações: a Sabedoria de Salomão, a Força do rei Hiram, e a Beleza do íntegro artífice Hiram Abiff. Sendo a Maçonaria “um sistema de moral exposto em símbolos e alegorias”, nessa como em outras de suas lendas o maçom deve buscar, sobretudo, o sentido místico e moral, que é mais importante do que os fatos simplesmente históricos.

Outra lenda não divorciada da história afirma que a Franco-Maçonaria teve origem na Ordem dos Templários. Depois do suplício do Grão Mestre Jacques de Molay⁵⁰, o Grão Mestre Provincial do Auvergne, Pierre d’Aumont, fugiu para a Escócia, em companhia de dois Comendadores e cinco Cavalheiros, disfarçados em pedreiros, onde encontraram vários companheiros entre os quais o Grande Comendador Hamptoncourt, George Harris. D’Aumont mudou de nome para o de Mabeignac e no dia de São João de 1312 fundaram a Ordem, adotando, como palavra sagrada, *Mac-benac*.

Para disfarçarem, adotaram novas palavras e novos sinais, inspirados no linguajar dos pedreiros e intitularam-se pedreiros-livres e aceitos, significando que estavam livres e haviam aceitado outros costumes e hábitos.

Em 1361 transferiram a sede para Aberdeen, na Escócia, onde a Ordem se conservou e propagou-se.

A Ordem da Milícia do Templo foi criada no ano de 1118, em Jerusalém, ao tempo das Cruzadas, para a proteção permanente da Terra Santa e, mormente dos lugares sagrados onde Jesus nascera, fora crucificado e sepultado, bem como o Jardim das Oliveiras.

⁵⁰ Jacques De Molay (Vitrey, 1243/1244 ou 1249/1250, Paris, 18 de Março de 1314) nasceu no Condado da Borgonha e pertencia a uma família da pequena nobreza franca. Em 1265 foi recebido na Ordem do Templo, na pequena cidade de Beaune por Hubert de Pérraud que detinha o cargo na ordem de visitador da França. Foi o 23º Grão-mestre dos cavaleiros templários e oficialmente o seu último, quando foi queimado vivo na *Ile de la Cité*, em Paris. Jacques DeMolay passou a ser conhecido como um símbolo de lealdade e companheirismo. Ele preferiu morrer a entregar seus companheiros ou faltar com seu juramento. E por esse motivo o Maçom Frank Sherman Land veio a fundar a Ordem DeMolay, usando seu nome como mártir e exemplo a ser seguido.

Os templários desenvolviam uma segunda função paralela, a de construir as fortalezas, as Igrejas, as estradas e eram dirigidos no trabalho por monges guerreiros (seguidores de São Bernardo) detentores do segredo da construção pela facilidade que encontraram em adquirir conhecimento dos próprios peregrinos que afluíam à Terra Santa, e mesmo dos inimigos que sucumbiam nas batalhas.

As igrejas suntuosas da Europa passaram a ser construídas por esses templários contratados diretamente no Oriente e que passaram a conviver com os operários europeus, agrupando-se e constituindo os ofícios francos, as guildas e corporações.

Os Templários chegaram a possuir em Paris, ao fim do século XII, um estabelecimento que tomava grande parte da Cidade e fugia ao controle do Rei em todo sentido, seja quanto aos impostos, seja quanto ao próprio policiamento. Eram pequenas repúblicas, onde o exercício profissional era realmente livre. O novo sistema de trabalho, por ser realmente revolucionário para a época, manteve-se íntegro durante séculos. As Guildas e os Ofícios mantinham coesos os trabalhadores ciosos de seus ofícios, conservando segredo de sua arte e transferindo-os com muito zelo, observado um cerimonial decorrente de uma tradição.

Em 1312 foi dissolvida a Ordem dos Templários, cujos membros passaram a fundir-se com os trabalhadores, em todos os recantos da Europa.

Os ofícios francos⁵¹ alteraram profundamente a Maçonaria, surgindo a Franco-Maçonaria operativa.

Para se compreender a Franco-Maçonaria devem-se retroceder aos *Collegia* dos romanos que obtiveram dos israelitas, egípcios e gregos os segredos do artesanato.

Os primeiros artesãos foram os *tignarii*, isto é, os carpinteiros construtores de casas, criados pelo rei Numa Pompílio⁵².

Iniciado o reinado de Numa Pompílio, sua preocupação inicial fora a de consolidar a posição religiosa, fortalecendo a posição e o prestígio dos sacerdotes, transformando a sua própria guarda pessoal composta de 300 soldados em guarda de honra

⁵¹ Os Ofícios Francos (ou Franco-Maçonaria) eram formados por artesãos privilegiados, com liberdade de locomoção e isentos das obrigações e impostos reais, feudais e eclesiásticos. Tratava-se, portanto, de uma organização de construtores categorizados, diferentes dos operários servos, que ficavam presos a uma mesma região, a um mesmo feudo, à disposição de seus amos. Na Idade Média, a palavra franco designava não só o que era livre, em oposição ao que era servil, mas, também, todos os indivíduos e todos os bens que escapavam às servidões e aos direitos senhoriais; esses artesãos privilegiados eram, então, os pedreiros-livres, “franc-maçons”, para os franceses, ou “free-masons”, para os ingleses. Tais obreiros, evidentemente, tinham esses privilégios concedidos pela Igreja, que era o maior poder político da época, com grande ascendência sobre os governantes.

⁵² Numa Pompílio foi o segundo rei lendário de Roma, que teria reinado de 714 a 671 a.C. Era de origem sabina e presidiu à organização da cidade romana, à qual deu as primeiras leis.

sacerdotal. Organizou o culto das Tribos e das Cúrias; instituiu os Fâmines, os Sálíos, as Vestais, os Oráculos e os Pontífices encarregados de vigiar e supervisionar o setor religioso.

Consagrou seu pai Rômulo como si fora um deus erguendo-lhe um Templo. Organizou o direito das gentes; instituiu as Saturnais ou festas dos escravos e amenizou os costumes violentos de sacrifícios transformando-os em oferendas de frutos e flores, cultivando assim em todo o sentido a paz.

Acrescentou ao calendário de dez meses, mais dois. Orientou a cultura da videira e agricultura. Limitou o território de Roma e construiu muralhas ao redor. Promulgou leis que garantiam o direito de propriedade. Estabilizou o matrimônio dando-lhe rito próprio e cunho religioso. Distribuiu terras aos pobres e, finalmente, criou as corporações operárias (*Coliegia fabrorum e artificorum*), dividindo o povo em grêmios e ofícios, abolindo as diferenças existentes entre sabinos e romanos.

Dentro dos colégios e corporações, desenvolveu-se a Maçonaria devido à presença de mestres que Numa mandara buscar do Egito e da Grécia.

Os pedreiros livres, que são os maçons práticos, muito cedo se constituíram em grupos isolados mantendo o segredo da construção. A presença de Numa Pompílio na Maçonaria é marco histórico, ou mesmo lendário, que não se pode deixar de lado.

Havia um pré-cristianismo (não messiânico) na organização. Cada *coliegia* possuía uma habitação em comum abrigando os artesãos em harmoniosa fraternidade. As refeições tinham cunho de cerimônia, presididas por um *magister coenae*, que rendia graças a uma série de deuses, mediante sinais, posturas, palavras e ritos.

Em época de guerra (afora no período em que reinou Numa Pompílio), o exército (ou legiões) se fazia acompanhar pelos artesãos, face à necessidade de serem construídas pontes, abrigos, fortalezas e mesmo reconstruir cidades destruídas, aquedutos, templos etc.

Essas peregrinações dos *collegia* proporcionaram a sua divulgação a ponto de em cada cidade serem fundados novos *collegia*, disseminando-se por toda Europa. Na Itália, os *collegia* permaneceram livres e frutíferos, mudando de nome mais tarde, para o de *scholae*. Quando os lombardos ocuparam a Itália, permitiram a existência dos grupos profissionais sob o nome de *ministeria*. Mais tarde, toda Europa voltava-se para a Itália buscando os construtores para que erigissem segundo o costume romano.

Pouco a pouco as liberdades foram sendo suprimidas e os artesãos viram-se compelidos a buscar refúgio nos conventos onde puderam prosseguir com a sua arte e as suas cerimônias de cunho maçônico.

Em torno dos séculos VI e VIII, os artesãos embora se sentindo livres e protegidos, não puderam resistir à influência monástica e passaram a construir tão somente conventos e igrejas. Os segredos e as tradições foram agrupados e depositados nas mãos dos religiosos, assim como Leão e Gregório, bispos de Tours; Ferréol, bispo de Limoges; Dalmácio, bispo de Rodez; Agrícola, bispo de Chalon-sur-Saône; Frutuoso e Santo Elói, e muitos outros passaram a ser os detentores da “arte de construir”, usando-a, evidentemente em prol da Igreja e no erguimento de suntuosos templos disseminados por toda a Europa.

Mas o clero não podia desviar as suas atenções do culto religioso e passou a redistribuir os segredos aos leigos, formando, porém, confrarias, título eminentemente clérigo. As confrarias não passavam das antigas comunidades de ofício, modernizadas.

Chegados aos séculos XI e XII, mantiveram-se as confrarias coesas, num misto de associação leigo-monástica, tendo como interesse principal, o culto religioso.

Com o surgimento de estilos mais requintados e principalmente o gótico, obrigatoriamente os operários são postos a par dos segredos.

O conhecimento é como a luz. Não pode permanecer oculto, e os artesãos, como autodefesa inconsciente, readquirem, por um processo pacífico e natural, o seu valor e multiplicando-se, sobrepujam os clérigos, sentindo-se fortes.

A força os reanima e, novamente, depois de decorridos alguns séculos retomam a antiga posição, reagrupam-se e constituem-se em associação, surgindo a *guilda*, primeiramente com características religiosas, mais tarde, sociais e finalmente, as *guildas* de mercadores e artesãos.

Coesos, mutuamente amparados, reivindicando direitos, esboçam-se as futuras manifestações do operariado. É na época de São Luís (Rei da França) que os novos ofícios fortificam-se e seus direitos são codificados através dos Livros de Ofícios.

Retomado o caminho perdido, por sua vez a Maçonaria ressurgiu e se pôe ao lado dos artesãos, que se agrupam e fazem parte dos ofícios francos, em contraposição aos ofícios juramentados; os primeiros tinham plena franquia garantida pela Igreja; os segundos deviam pagar impostos, e se submeterem ao policiamento.

Na maioria das cidades francesas todos os ofícios passaram a ser exercidos no regime de plena franquia. A pátria oficial dos ofícios francos era a França e sua língua oficial, o francês. A Maçonaria muda de nome e passa a ser designada de Franco-maçonaria, tanto por ser operativa, como pedreiro-livre (franco), como porque os ofícios-francos tinham adotado a França como sede.

A Franco-Maçonaria congregava todas as profissões e em especial, os pedreiros que conservaram a influência da Igreja, elegendo cada profissão o seu padroeiro e a, própria Maçonaria, escolheu os dois São João, Batista e Evangelista, para mais tarde, fixar-se no nome de São João de Escócia. A Maçonaria cuidou de conservar a tradição e buscou, nos ritos de iniciação, aperfeiçoar o ofício de cada profissional. A passagem dos três graus exigia palavra secreta, toques e sinais, e os símbolos eram cultivados com profunda reverência. Nessa fase a Franco-Maçonaria era profundamente cristã.

Na Inglaterra, no ano de 856⁵³, aparece escrito nas atas das associações inglesas, a primeira referência ao nome Franco-Maçonaria

Agruparam-se na Inglaterra os profissionais mais habilidosos de toda Europa, reunidos pelos reis, ávidos em construir as magníficas obras que surgiam na França e na Itália.

Os agrupamentos não eram constituídos apenas de pedreiros, mas de toda sorte de profissionais, de modo que começaram a surgir as Lojas, “até que no ano de 926 instalou-se a Grande Loja de York sob a direção do Grão Mestre, o Príncipe Edwin”⁵⁴.

Era o primeiro poder e a primeira hierarquia maçônica que surgiam. Nessa Loja, vários príncipes e membros da aristocracia inglesa se fizeram iniciar. Vê-se, então, que a primeira Loja Maçônica surgiu cercada de privilégios quase idênticos à Família Real. O próprio Rei Athelsan, pai de Edwin e os Papas não ocultavam o seu interesse protetor. A Loja organizou os seus próprios códigos e constituição, distribuindo-os às demais Lojas, não só inglesas, mas de toda Europa.

A Franco-Maçonaria, retornando às suas antigas tradições, começa a admitir em seus quadros homens que não eram artesãos, mas espíritos iluminados e plenos de intelectualidade. Começam a preocupar-se com a valorização do homem e a lutar contra a opressão e a tirania. O clero armava-se e entregava-se a conquistas, fazendo a guerra e submetendo os povos ao seu jugo. O reflexo dessa atitude veio solapar a fé que a Franco-Maçonaria depositava na religião do clero, e foi-se afastando daquele cristianismo.

Durante as longas lutas que Inglaterra travou com os Papas, pouco se sabe da ação da Franco-Maçonaria, até o surgimento do rei Eduardo que logo se declarou protetor da Instituição.

Quando da invasão de Guilherme, o Conquistador, a Franco-Maçonaria, não se manifestou a não ser pela construção da célebre Torre de Londres, a ponte de madeira e o

⁵³ Camino, 1972, p. 67.

⁵⁴ Ibidem, idem.

antigo palácio de Westminster. A Torre de Londres ainda permanece de pé a atestar a soberba técnica dos pedreiros livres.

Eis que surge a guerra contra o Oriente com o intuito de libertar a Terra Santa, são as cruzadas, onde a Franco-maçonaria encontra campo fértil para a sua dupla ação: a de construir estradas, pontes e fortalezas e a de amenizar os sofrimentos do próximo.

Cessada a luta é na Escócia que as Lojas se multiplicam e voltam a se espalhar na Inglaterra, onde encontram proteção de parte do rei Jaime II, em 1439; Jaime V, 1542 entusiasma-se a tal ponto que manda vir da Itália grupos de maçons, juntando-os aos escoceses e ingleses.

A Maçonaria inclina-se para o campo especulativo abandonando o operativo e aceitando outras agremiações, como a Rosa Cruzes; esses adventícios passam a ser os maçons aceitos.

Guilherme III inicia-se em 1694, numa Maçonaria que se conserva católica e fiel à Igreja. Nos estatutos havia a obrigação do maçom “ser fiel a Deus e à Santa Igreja”. No entanto, alteram-se os estatutos e a obrigação passa a ser: “Vosso primeiro dever é serdes fiéis a Deus e evitardes todas as heresias que O não reconhecem”. É o primeiro passo para que a Maçonaria surja autônoma e forte. Em 1703, a Loja de São Paulo, decidia: “Os privilégios da Maçonaria, já não serão, doravante, unicamente reservados aos operários construtores, mas, como já se praticava, estender-se-ão a pessoas de todos os estados que dela quiserem participar”.

Finalmente, no dia 24 de junho de 1717, a Maçonaria rende-se totalmente à Inglaterra. Esta seria daquela data em diante, a protetora e incentivadora da Maçonaria, dela obtendo todas as vantagens necessárias aos seus interesses, e juntando quatro Lojas (“The Goose and Gridiron”, “The Crown”, “The Apple Tree” e “The Rummer and Grapes”) funda a Grande Loja de Londres, sendo eleito como Grão Mestre Anthony Sayer. No ano seguinte, foi eleito George Payne que teve uma atuação invulgar juntando toda documentação sobre a Maçonaria existente e formando o primeiro regulamento, em 1721.

Havendo necessidade de uma Constituição, foi encarregado de sua redação o pastor escocês James Anderson. Juntando a história lendária da Fraternidade e as Obrigações dos franco-maçons.

Em 1723 foi publicado o Livro das Constituições, mas provoca logo uma reação desfavorável de outras Lojas que desejavam ser fiéis às antigas Obrigações, surgindo assim, o cisma dos Antigos e Modernos. Os oponentes, em 1753, fundaram a Grande Loja dos Maçons Francos e Aceitos, consoante as Velhas Constituições ou Grande Loja dos Antigos Maçons,

que perdurou até 1813, quando os maçons se reconciliaram, surgindo então uma única Grande Loja Unida dos Antigos franco-maçons da Inglaterra.

Na França, em 1738, através de uma assembléia geral é fundada a Grande Loja da França, sendo seu primeiro Grão Mestre Louis Pardailin de Gondrin, Duque d'Antin.

A Grande Loja da França teve uma existência de 33 anos tumultuosos até o seu fechamento pela polícia, dando lugar, ao surgimento do Grande Oriente da França, em 22 de outubro de 1772.

Nessa época, a Maçonaria estava fadada ao fracasso em sua novel organização, suscitando perseguições e finalmente proibição total para funcionar. Surgem, então, prudentemente novas Lojas esparsas, denominadas de Lojas Escocesas, obedecendo aos antigos usos das confrarias. Aparecem as inovações: os altos graus e os novos ritos. Além dos graus de aprendiz, companheiro e mestre, surgem os do escocês, o noviço e o Cavaleiro do Templo. Em 1754 é criado em Paris, o Capítulo de Clermont. Mais tarde surgiram a Grande e Soberana Loja Escocesa de São João de Jerusalém e o Conselho dos Imperadores do Oriente e do Ocidente. O Conselho trabalhava com um rito de 25 graus, denominado de Rito de Perfeição.

Esse rito foi introduzido para o Novo Mundo e os Estados Unidos o adotaram elevando o número dos graus para 33, surgindo em 1801 o Supremo Conselho dos Grandes Inspetores Gerais do Grau 33 e último grau do Rito Escocês Antigo e Aceito. Posteriormente, em 1804, era fundado em Paris idêntico Conselho.

Na Alemanha, França e Suíça, surge em 1782, derivado da Estrita Observância, o Rito Escocês Retificado.

Com o advento da Revolução Francesa, a Maçonaria eclipsa-se, principalmente no período mais violento do movimento revolucionário. Cessada a fase terrorista da Revolução, os maçons franceses reuniram-se no dia 22 de junho de 1799, e reconstituíram a Maçonaria, surgindo o Grande Oriente da França, uno e indivisível sob a direção de Roetters de Montaleau. Essa unidade é rompida e surge em 1804, novamente, a Grande Loja Geral Escocesa do Rito Antigo e Aceito.

Em 1805 era fundada a Grande Loja Geral Escocesa e em 1877 o Grande Oriente da França decide suprimir a obrigação das Lojas invocarem, nas suas solenidades, a chamada filosófica: Pela Glória do Grande Arquiteto do Universo, o que lhe valeu o rompimento com a Grande Loja Unida da Inglaterra. O movimento alastra-se e introduz-se o rito azul, surgindo no seio das Grandes Lojas novas cisões, criando-se a 12 de fevereiro de 1880 a Grande Loja Simbólica Escocesa. Em 1894 há uma pacificação dentro das Lojas do Rito Azul e surge a

Grande Loja da França, continuando com a invocação pela – Glória do Grande Arquiteto do Universo – e em plena harmonia com o Supremo Conselho.

Já em 1913, nova cisão era aflorada e, em consequência, era fundada mais uma potência autônoma, a Grande Loja Nacional Independente e Regular para a França e Colônias Francesas, diminuindo o nome em 1915, para Grande Loja Nacional Francesa, potência reconhecida pela Grande Loja Unida da Inglaterra.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a Maçonaria sofre, na França, após a Revolução Francesa, o seu primeiro período de restrição. O Marechal Petain, no dia 13 de agosto de 1940, proíbe o funcionamento de todas as associações secretas, com o sequestro do patrimônio das lojas. Com esse ato de exceção o governo passou a publicar os nomes dos maçons, vedando-lhes a participação nas funções públicas e igualando-os aos judeus.

Nessa época, com a ocupação nazista, a Maçonaria estava fortemente comprometida com a Resistência e foi muito ativa e durante a dura perseguição ao povo francês, tendo os maçons contribuído com grande parcela de esforço na libertação da França. O Grão Mestre da Grande Loja da França, Michel Dumesnil de Gramont, era o representante oficial do movimento de Libertação-Sul, com sede em Argel. Chegando o General De Gaulle, vitorioso em Paris, a 15 de dezembro de 1943, revogava o decreto de 13 de agosto 1940, libertando, também, toda a Maçonaria.

Finda a Segunda Grande Guerra com a libertação ampla de muitos povos, a Maçonaria pode retomar as antigas atividades, embora muito mutilada pelas agressões posteriores. Na Rússia comunista, não teve permissão de funcionar. Na Espanha franquista e em Portugal salazarista, funcionava com muitas restrições; no Oriente, mormente na China Comunista, foi completamente banida.

No Japão tem tido um desenvolvimento surpreendente e na América, especialmente no Brasil, floresce com uma forte visão sociocultural, na busca de soluções políticas para os problemas que afligem os carentes de recursos econômicos e os hipossuficientes organizacionais.

2.2. A MAÇONARIA NO BRASIL

No Brasil, como ocorreu em todos os países da América, seja a do Norte, seja a do Centro, seja a do Sul, nunca houve Maçonaria ativa, no exato sentido de corporação maçônica de construtores e pedreiros. Ao serem instaladas as primeiras Lojas da Ordem, os seus pioneiros vinham da Europa, de países onde já imperava a Maçonaria livre, sem qualquer

obrigação de que os seus obreiros fossem operativos, trabalhadores da pedra, da madeira, da calça, e de tudo o que dissesse respeito ou se ligasse a construções de edifícios.

A Maçonaria brasileira teve seu batismo na especulação. Por isso, é considerada como Maçonaria da segunda fase, da fase especulativa, isto é, a que observa, procura construir pelo espírito, pela cultura, pela educação, o aperfeiçoamento moral e intelectual da pessoa humana. Entretanto, não se preocupando com a construção de edifícios de pedra, e sim, erguendo prédios de especulação moral, influenciando na melhoria dos costumes, na edificação da Fraternidade Universal pelo bom exemplo, pela palavra, pela nobreza das ações dignas. Maçonaria teórica, não prática; mas mantendo os símbolos básicos indispensáveis e clássicos das construções materiais, as posições geográficas entre seus obreiros, as designações usadas no Templo de Salomão, as tradições iniciáticas, as palavras sagradas, os mistérios que os maçons herdaram de milênios, mesmo, antes da construção do Templo de Jerusalém.

Na época da Inconfidência Mineira não havia Lojas Maçônicas no Brasil, pois estas só começaram a ser instaladas, oficialmente, a partir de 1800, com a criação da primeira Loja Maçônica no Rio de Janeiro, como anota José Maria da Silva Paranhos Júnior⁵⁵, o Barão do Rio Branco, sabendo-se, entretanto que existiam maçons no Brasil, iniciados em lojas maçônicas européias, entre eles Domingos Vidal Barbosa e José Álvares Maciel.

Na tradição oral da Maçonaria brasileira, nessa época, fazia-se iniciação “por comunicação”, isto é, um maçom, isoladamente, iniciava homens livres que preenchessem as condições exigidas pela Ordem, sem realizar as cerimônias ritualísticas. Tiradentes teria sido ou se tornado maçom, em Vila Rica, pela determinação do maçom José Álvares Maciel.

Por sua vez, Tiradentes iniciou o padre José da Silva de Oliveira Rolim em todos os segredos, como afirma Joaquim Norberto de Souza e Silva. Essa afirmação baseia-se no depoimento prestado pelo próprio padre Rolim, no segundo interrogatório, em 17 de abril de 1790, constante da página 13 da Devassa do Rio de Janeiro, no qual diz ainda que, tendo tomado conhecimento dos segredos, teve ele entrada na casa do Tenente-Coronel Francisco de Paula, em dias de reuniões dos conjurados, e veio a tomar parte nas palestras sediciosas. Com essa afirmação, insinua-se que o Tenente-Coronel Francisco de Paula e todos os que tomavam parte nas reuniões eram maçons.

O médico José Joaquim Vieira Couto, regressara da Europa e estabelecera-se em Tijuco, passando logo a frequentar a Loja Maçônica, eis que fora iniciado em Coimbra. Um

⁵⁵ Paranhos Júnior, 1999.

fato a notar é que sendo as reuniões feitas dentro da Loja Maçônica, somente os maçons tinham acesso a elas.

Coube a Tomaz Antônio Gonzaga e a José Álvares Maciel, as iniciativas para arregimentação de adeptos à causa, fundando-se Lojas em Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, onde se faziam reuniões e traçavam-se planos para a conspiração mineira. Naturalmente essas lojas, apesar de reunir somente maçons não tinham título de Lojas Maçônicas. Eram sociedades Literárias. Academias, Aerópagos e Arcádias Literárias, segundo Antonio Augusto de Aguiar, que anota: "organizou Álvares Maciel sociedades em Minas Rio de Janeiro e São Paulo, com intuito de por meio delas fazer a propaganda das idéias e preparar elementos, que na hora oportuna, fizessem a revolução"⁵⁶.

A Maçonaria era, portanto, uma sociedade secreta e clandestina, não admitida em território brasileiro, assim como na Metrópole. As Lojas Maçônicas eram proibidas de funcionar e seus membros perseguidos e presos pelo crime de pertencerem a tal ordem.

Pelo fato de o movimento revolucionário incluir maçons e ter sido produto de trabalho maçônico, a Inquisição interferiu no julgamento dos que foram presos.

Camino registra que J. Felício dos Santos, em suas "Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio", afasta qualquer dúvida possível sobre a participação ativa da Maçonaria na Inconfidência, ao frisar: "A Inconfidência de Minas tinha sido dirigida pela Maçonaria. Tiradentes e quase todos os conjurados eram pedreiros-livres". E mais adiante faz uma descrição a respeito da Maçonaria; deve-se ater que Felício dos Santos escreveu as suas memórias em 1864:

A Maçonaria oferecia o tipo de uma sociedade organizada sobre princípios diferentes da sociedade civil: sua base fundamental era a igualdade dos homens. No interior de suas lojas liam-se, por entre emblemas fúnebres, aterradoras máximas como esta: "As distinções humanas aqui são desconhecidas; se ainda as reconheceis, retirai-vos". Não tinha por fim atacar a religião, como injustamente foi acusada; pelo contrário, uma das perguntas, que se fazia ao neófito, era se tinha uma crença, ao menos o deísmo, para poder ser admitido e filiar-se. Um dos seus principais dogmas era a filantropia. Não sabemos como a Maçonaria se introduzira no Brasil; é certo porém, que no meado do século passado já funcionava na Bahia o Grande Oriente Maçônico, e é um fato, que se não pode negar, a sua importante cooperação no trabalho lento, oculto, persistente, para a nossa independência. A Inconfidência de Minas tinha sido dirigida pela Maçonaria. Tiradentes e quase todos os conjurados eram pedreiros livres. Quando Tiradentes foi removido da Bahia, trazia instruções secretas da Maçonaria para os patriotas de Minas. Em Tijuco o primeiro que se iniciou foi o Padre Rolim, depois o cadete José Joaquim Vieira Couto e seus irmãos⁵⁷.

⁵⁶ Aguiar, 1896, p. 7.

⁵⁷ Camino, 1972, p. 48.

Desconhecem-se os planos que a Maçonaria elaborara para a revolta e apenas a história consignou o nome daqueles que foram presos. O dia da revolta deveria coincidir com a data da “derrama”, isto é, a cobrança dos “quintos” atrasados. Era um mero pretexto. Conseguida cópia da Constituição norte-americana, foi elaborada uma Constituição brasileira em casa de Cláudio Manuel da Costa, em Vila Rica. Ficara decidido que a Capital seria em São João d’El-Rei, abolindo-se a escravidão, fundando-se uma universidade em Vila Rica e que a Bandeira da nova República seria branca com um triângulo azul, branco e vermelho ao centro, com um índio quebrando grilhões e sobre o triângulo o dístico: *Libertas quae sera tamen* (Liberdade ainda que tardia).

A conspiração pretendia eliminar a dominação portuguesa das Minas Gerais e estabelecendo ali um país livre. Presume-se que não havia a intenção de libertar toda a colônia brasileira, pois naquele momento uma identidade nacional ainda não havia se formado. A forma de governo escolhida foi o estabelecimento de uma República, inspirados pelas idéias iluministas da França e da recente independência norte-americana.

Na verdade a Maçonaria contribuiu significativamente não só com o movimento de Minas, mas em todos os capítulos que culminaram com a nossa independência.

No fim do século XVIII, para evitarem as perseguições impostas pela Coroa, alguns maçons portugueses emigraram para o Brasil e da união com maçons franceses e americanos, instalaram no início do século XIX, Lojas Maçônicas, umas, sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano, outras, sob o patrocínio do Grande Oriente da França, e algumas Lojas independentes, destacando-se entre elas a Loja Simbólica Astréa, no Rio de Janeiro.

Verificado o crescimento do movimento maçônico no Brasil, o Grande Oriente Lusitano, nomeou em 1803, como seu Delegado, o Ir. Francisco José de Araújo, com poderes para criar Lojas regulares. Este Delegado criou as Lojas Constância, Filantropia e Emancipação e, unindo a estas a Loja Reunião, chamou a um centro comum, todos os maçons regulares e irregulares, que existiam no Rio de Janeiro. Essas Lojas passaram a ter mais de cem membros que se empenharam na divulgação dos princípios da Maçonaria⁵⁸.

Os maçons brasileiros, animados com o espírito de independência, reconheceram a necessidade de nacionalizar o regime maçônico, criando um ponto de apoio e de união a todos os irmãos, dando-lhes a força necessária para resistir à tirania. Para isso, convocaram as Lojas existentes e deram impulso ao grande feito, inaugurando o primeiro Grande Oriente do

⁵⁸ Alencar, 1968, p. 16.

Brasil, e proclamando como Grão-Mestre Interino, o Irmão Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

Apesar desses avanços, a Ordem Maçônica passou a sofrer a partir de 1806, uma grande perseguição desencadeada pelo Vice-Rei do Brasil, o Conde dos Arcos⁵⁹, homem de caráter ferino e adversário declarado da Maçonaria.

Acredita-se que, em decorrência dessas perseguições, tenham os maçons brasileiros deliberado, em 21 de agosto de 1806, suspender os trabalhos maçônicos, visto correrem perigo com o comprometimento dos obreiros.

Mas nem a incompatibilidade do Vice-Rei, nem as perseguições puderam diminuir o entusiasmo dos maçons, que continuaram a reunir-se, secretamente. Nessa época algumas Lojas apareceram e desapareceram, merecendo destaque a Loja São João de Bragança Comércio e Artes, fundada em novembro 1815, que se conservou independente e que ainda existe, contando com 194 anos de trabalhos em prol da sociedade brasileira.

Em outros pontos do Brasil, também se haviam organizado algumas Lojas.

Em Campos dos Goitacases, no Rio de Janeiro, instalaram-se as Lojas independentes: a Firme União, a União Campista e a Filantropia e Moral.

Em 1817, por ocasião da Revolução Pernambucana⁶⁰, e quando já se tinham dado os primeiros provimentos para a reinstalação do Grande Oriente, os maçons perseguidos pelo ministro de Estado do Reino, Tomás Antônio da Vila Nova, viram-se obrigados a suspender os trabalhos, dissolvendo as Lojas.

A Maçonaria Brasileira ficou por algum tempo adormecida, até que em junho de 1819, José Domingos Ataíde Moncorvo, capitão de mar e guerra, reinstala a Loja Comércio e Artes, a fim de dar força e vigor aos seus trabalhos. Na reinstalação, juntaram-se as Lojas Maçônicas adormecidas, restaurando-se, com dedicação e vigor, os estudos filosóficos da Arte Real e ampliando-se a ação política da Maçonaria Brasileira.

A Loja Comércio e Artes era, então, a única existente e regular no Rio de Janeiro e os seus obreiros resolveram, em assembléia geral do dia 17 de junho de 1822, presidida pelo Venerável João Mendes Viana, reinstalar o Grande Oriente do Brasil, que foi logo reconhecido, e saudado pelos Orientes da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos.

⁵⁹ Dom Marcos de Noronha e Brito, oitavo Conde dos Arcos (Lisboa, 1771 – Lisboa, 1828), foi um administrador colonial português, último vice-rei do Brasil.

⁶⁰ Revolução Pernambucana, também conhecida como Revolução dos Padres, eclodiu em 1817 na então Província de Pernambuco, no Brasil. Dentre as suas causas destacam-se a crise econômica regional, o absolutismo monárquico português e a influência das idéias Iluministas, propagadas pelas sociedades maçônicas.

O Grande Oriente do Brasil teve como seus primeiros mandatários, José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro do Reino e de Estrangeiros e Joaquim Gonçalves Ledo, Primeiro Vigilante. A 4 de outubro do mesmo ano, já após a declaração de independência de 7 de setembro, José Bonifácio foi substituído pelo então príncipe regente e, logo depois, Imperador D. Pedro I (Irmão Guatimozim). Este, diante da instabilidade dos primeiros dias de nação independente e considerando a rivalidade política entre os grupos de José Bonifácio e de Gonçalves Ledo – que se destacava ao lado de José Clemente Pereira e o cônego Januário da Cunha Barbosa, como o principal líder dos maçons – mandou suspender os trabalhos do Grande Oriente, a 25 de outubro de 1822⁶¹.

Somente em novembro de 1831, após a abdicação de D. Pedro I – ocorrida a 7 de abril daquele ano – é que os trabalhos maçônicos retomaram força e vigor, com a reinstalação da Obediência, sob o título de Grande Oriente do Brasil, que nunca mais suspendeu as suas atividades.

Instalado no Palácio Maçônico do Lavradio, 97, no Rio de Janeiro, a partir de 1842, e com Lojas em praticamente todas as províncias, o Grande Oriente do Brasil logo se tornou um participante ativo em todas as grandes conquistas sociais do povo brasileiro, fazendo com que sua História se confunda com a própria História do Brasil Independente.

Através de homens de alto espírito público, participantes da atividade política, principalmente em segmentos formadores de opinião, como os profissionais liberais, jornalistas e militares, em especial, do Exército, o Grande Oriente do Brasil iria ter, a partir da metade do século XIX, atuação marcante em diversas campanhas sociais e cívicas da nação.

Assim, distinguiu-se na campanha pela extinção da escravatura negra no país, com leis que foram abatendo o escravismo, paulatinamente; entre elas, a “Lei Euzébio de Queiroz”, que extinguiu o tráfico de escravos, em 1850, e a “Lei Visconde do Rio Branco”, de 1871, que declarava livre as crianças nascidas de escravas daí em diante. Euzébio de Queiroz foi maçom graduado e membro do Supremo Conselho do Grau 33; o Visconde do Rio Branco, como chefe de Gabinete Ministerial, foi Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. O trabalho maçônico só parou com a abolição da escravatura, a 13 de maio de 1888.⁶²

A Campanha republicana, que pretendia evitar um terceiro reinado no Brasil e colocar o país na mesma situação das demais nações centro e sul-americanas, também contou com intenso trabalho maçônico de divulgação dos ideais da República, nas Lojas e nos Clubes Republicanos, espalhados por todo o país. Na hora final da campanha, quando a república foi

⁶¹ Camino, 1972, p. 47.

⁶² G. O. B., 2009.

implantada, ali estava um maçom a liderar as tropas do Exército com seu prestígio: Marechal Deodoro da Fonseca que viria a ser Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.

Durante os primeiros quarenta anos da República – período denominado "República Velha" – foi notória a participação do Grande Oriente do Brasil na evolução política nacional, através de vários presidentes maçons, além de Deodoro: Marechal Floriano Peixoto Moraes, Manoel Ferraz de Campos Salles, Marechal Hermes da Fonseca, Nilo Peçanha, Wenceslau Brás e Washington Luís Pereira de Souza.

Durante a 1ª Grande Guerra (1914 - 1918), o Grande Oriente do Brasil, a partir de 1916, através de seu Grão-Mestre, Almirante Veríssimo José da Costa, apoiava a entrada do Brasil no conflito, ao lado das nações amigas. E, mesmo antes dessa entrada, que se deu em 1917, o Grande Oriente já enviava contribuições financeiras à Maçonaria Francesa, destinadas ao socorro das vítimas da guerra, como indica a correspondência, que, da França, era enviada ao Grande Oriente do Brasil, na época.

Mesmo com uma cisão, que, surgida em 1927, originou as Grandes Lojas Estaduais brasileiras, enfraquecendo, momentaneamente, o Grande Oriente do Brasil, este continuou como ponta-de-lança da Maçonaria, em diversas questões nacionais, como: anistia para presos políticos, durante períodos de exceção, com estado de sítio, em alguns governos da República; a luta pela redemocratização do país, que fora submetido, desde 1937, a uma ditadura, que só terminaria em 1945; participação, através das Obediências Maçônicas européias, na divulgação da doutrina democrática dos países aliados, na 2ª Grande Guerra (1939 - 1945); luta pela anistia geral dos atingidos pelo Movimento Militar de 1964; trabalho pela volta das eleições diretas, depois de um longo período de governantes impostos ao país.

E, em 1983, investia na juventude, ao criar a sua máxima obra social; a Ação Paramaçônica Juvenil, de âmbito nacional, destinada ao aperfeiçoamento físico e intelectual dos jovens – de ambos os sexos, filhos ou não filhos de maçons.

O Grande Oriente do Brasil instalou-se em Brasília, desde 1978, onde sua sede ocupa um edifício com 7.800 metros quadrados de área construída e reúne, sob a sua jurisdição, com aproximadamente 2.000 Lojas, cerca de 61.500 obreiros ativos, segundo dados publicados em 31.12.1999⁶³ e é reconhecido como potencia maçônica por mais de 100 Obediências regulares do mundo. O Grande Oriente do Brasil é, na atualidade, a maior Obediência Maçônica do mundo latino e reconhecida como regular e legítima pela Grande Loja Unida da Inglaterra, de acordo com os termos do Tratado de 1935.

⁶³ Ibidem.

Como se vê, a Maçonaria esteve presente em todos os episódios históricos e sociais que acompanharam a formação do povo brasileiro.

Nesse sentido, José Rodorval Ramalho anota:

Provavelmente, a Maçonaria é a única instituição civil, juntamente com a Igreja Católica, ainda existente nos dias de hoje, que acompanhou todo esse processo de formação e consolidação da sociedade civil brasileira.

A atuação maçônica, como sempre, não se efetiva de forma homogênea e unitária, ao contrário do que pensa o senso comum. Em contrapartida, também não se pode fugir do debate sobre a natureza da Maçonaria afirmando, apenas, que o que existe são Maçonarias, pois verificamos que, em alguns momentos, como têm sido os casos de atrito com estruturas religiosas, a Ordem tem se apresentado com um significativo espírito de corpo. Porém, é forçoso reconhecer que a ação política da Maçonaria já gozou de mais difusão e importância⁶⁴.

Na verdade, a ação política e social da Maçonaria no Brasil tem sido ofuscada por força do próprio processo de transformação da sociedade, impondo-lhe uma reavaliação das suas finalidades.

Assim, para que possa enfrentar as mudanças, defendendo seus princípios e pugnando pela solidificação dos direitos humanos, a Maçonaria deverá dirigir-se a uma abordagem educacional, voltada para a formação de novas mentalidades, onde a sociedade possa agir como educadora da própria sociedade, valorizando a diversidade racial-étnica, religiosa, cultural e política do Brasil.

⁶⁴ Ramalho, 2008, p.32.

3. PRÁTICAS EDUCATIVAS DA MAÇONARIA EM ARACAJU

A Maçonaria em Sergipe nasceu em meio a dificuldades sociais e políticas, quando o Brasil ainda se ressentia da longa e extenuante guerra contra o Paraguai.

Maçons sergipanos intensamente comprometidos com as lutas em torno da liberdade, da fraternidade e da humanidade, vinculados aos ideais republicanos, e com a propaganda em favor da extinção da escravatura negra, fundaram a 10 de novembro de 1872 a Loja Maçônica Cotingüiba, sob os auspícios do Grande Oriente do Brasil e tendo São João Batista⁶⁵ como seu patrono.

Logo depois da sua fundação, a Loja Maçônica Cotingüiba já demonstrava muita pujança e a 10 de dezembro daquele mesmo ano, foi aprovada na primeira categoria, por decreto do Grão Mestre Geral da Ordem, sendo, a seguir, procedida a sua regularização a 16 de fevereiro de 1873, por força do Ato assinado pelo ilustre brasileiro Joaquim Saldanha Marinho⁶⁶, então Chefe da Ordem Maçônica no Brasil.

A Augusta, Respeitável e Grande Benemerita Loja Maçônica Cotingüiba é um referencial de Sergipe, especialmente de Aracaju.

Tem razão o escritor Artur Augusto Imbiriça Tupi, citado por Renato de Alencar, ao afirmar...

[...] que ninguém poderá escrever a história da velha Cotingüiba sem se reportar à história de Aracaju, e a verdade é que Sergipe começou a viver, propriamente depois da fundação desta cidade, e vale dizer que a história da Loja Cotingüiba é a própria de Sergipe no segundo Reinado e na República⁶⁷.

A presença da Maçonaria em Sergipe, com a fundação da Loja Cotingüiba —

⁶⁵ João, ou João Batista o Precursor. Filho de Zacarias e Isabel, batizou Jesus Cristo nas margens do Jordão e designou-o ao povo como o Messias. Mandado à corte de Herodes Antipas, tetrarca da Galiléia, exprobrou os escândalos da vida desse príncipe e foi encarcerado na fortaleza de Macheros. A pedido de Salomé, filha de Herodia, sua esposa, Herodes fez decapitar o seu prisioneiro, cuja cabeça foi levada numa bandeja a Salomé, no ano de 31. Festa do seu nascimento a 24 de junho; comemoração da sua morte em 21 de agosto. Patrono da maçonaria simbólica e primitiva.

⁶⁶ Joaquim Saldanha Marinho. Nasceu em Olinda, Pernambuco, a 4 de maio de 1816 e faleceu no Rio de Janeiro, a 27 de maio de 1895. Político. Jornalista. Ocupou diversos cargos públicos no Ceará. Mudou-se para o Rio de Janeiro (1860), onde se dedicou ao jornalismo. Foi deputado geral pelo Rio de Janeiro (1861/67) e por Pernambuco (1867/69) e governou as províncias de Minas Gerais (1865/67) e São Paulo (1867/68). Teve participação destacada na Questão Religiosa, suscitada pelos bispos de Olinda e do Pará, escrevendo sobre o assunto diversos artigos, reunidos posteriormente no livro “A Igreja e o Estado” (1873/76). Foi Grão-Mestre do Grande Oriente dos Beneditinos.

⁶⁷ Alencar, 1968, p. 340.

justamente em 1872, ano em que irrompia a famosa “Questão Religiosa”⁶⁸ desencadeada pelo bispo de Olinda, D. Vital⁶⁹, que perseguiu os maçons de irmandades católicas — e, mais tarde, a escalada do protestantismo na cidade de Estância, provocou ao longo dos anos grandes fissuras na hegemonia do pensamento católico dominante. A atuação dos maçons era muito discreta, imperceptível na maneira de agir, enquanto que a dos protestantes era ostensiva, desabusada na afirmação de sua crença⁷⁰.

A Loja Maçônica Cotinguiba, desde então primava em manter-se misteriosa, com reuniões secretíssimas. Portanto, causou alvoroço a notícia da sua primeira sessão de caráter público, realizada em 6 de julho de 1873, com o comparecimento maciço da sociedade aracajuana, em sinal de júbilo pelo fato de ter o Imperador Pedro II, por esforços da Maçonaria, dado provimento ao recurso interposto pela Irmandade do SS. Sacramento da Igreja de Santo Antônio do Recife, relacionado à suspensão que lhe impôs o então bispo, em face daquela corporação não haver expulsado do seu seio, um sócio que era maçom.

À época, já funcionava em Aracaju a Loja “Segredo e Amizade”⁷¹. E os seus membros somaram-se aos da Cotinguiba, numa sessão conjunta, em 14 de outubro de 1873, para reafirmarem os seus princípios em torno da emergente liberdade de culto.

Dados os passos iniciais, a diretoria provisória da Loja, tendo à frente o Venerável, Dr. Francisco José Penna Martins Júnior, convocou eleição, que aconteceu em 31 de agosto de 1873, quando foi eleita a primeira diretoria, composta dos irmãos Manoel Pereira Guimarães, Venerável; Antônio Martins de Almeida e João Almeida da Silva Castro, 1º e 2º Vigilantes; orador, Antônio Carrascosa e Secretário Alcebíades Augusto Villas Boas, os quais foram empossados em cerimônia celebrada a 19 de outubro de 1873.

Empossada a diretoria e já estando regularizada a situação da Loja, foi nomeado Delegado do Poder Central (cargo denominado posteriormente de Delegado do Grande

⁶⁸ Questão Religiosa. Sequência de atritos entre a Igreja Católica e o governo imperial brasileiro, relacionados com a postura adotada por alguns bispos católicos contra a Maçonaria. Esses conflitos revelaram o enfraquecimento do poder político da hierarquia católica no Brasil e desgastaram o prestígio do império, constituindo-se num dos fatores que conduziram ao fim da monarquia e à proclamação da República. Desde o século XIX, a Maçonaria teve entre seus quadros importantes personalidades públicas, ligadas aos movimentos de emancipação nacional e, posteriormente, militantes decididos da causa republicana. As lojas maçônicas aceitavam adeptos de todas as crenças religiosas, incluindo altas autoridades católicas. Em 1872, alguns bispos resolveram aplicar uma antiga bula papal, que proibia a participação do clero nas lojas maçônicas. O governo imperial intercedeu em favor dos religiosos que pretendiam continuar ligados aos maçons. De início, o papa procurou um acordo com o imperador, mas depois os que bispos contrários à maçonaria foram condenados à prisão pela justiça brasileira, entenderam que a sentença era um insulto pessoal e, em represália, deu todo seu apoio à luta contra o setor maçônico do clero. O imperador viu-se obrigado a conceder anistia aos bispos sentenciados.

⁶⁹ Vital Maria Gonçalves de Oliveira, nascido em Pedras de Fogo, Pernambuco, em 1844, e falecido em Paris, França, em 1878. Sacerdote brasileiro, uma das figuras centrais da Questão Religiosa. Bispo de Olinda (1872), denunciou a Maçonaria como herética e ordenou às irmandades religiosas que dispensassem os elementos maçônicos. Preso em 1874, foi condenado a quatro anos de trabalhos forçados e anistiado pelo Duque de Caxias, que assumiu a chefia do Governo em 1875.

⁷⁰ Lima, 1995, p. 96.

⁷¹ Silva, 1920, p. 122.

Oriente do Brasil), junto às Lojas de Sergipe, o Dr. Manoel Pereira Guimarães, que tomou posse a 20 de maio de 1874, deixando assim o lugar de Venerável, pelo que foi eleito para substituí-lo o Dr. Sancho de Barros Pimentel⁷².

Diante da sua postura no cenário maçônico nacional, a Loja foi alçada à categoria de Capitular, em 1º de outubro de 1880, tendo em vista o especial trato dos seus membros com os princípios filosóficos, que resplandeciam na instituição.

Os embates travados, em torno dos temas religiosos, tiveram especial enfoque na Loja Cotingüiba, cujos membros não se descuidaram de analisar filosoficamente todos os aspectos que envolviam de um lado a Maçonaria e do outro, a Religião, em especial, a Católica Apostólica Romana, cultuada com bastante fervor na novel Capital da Província de Sergipe D'El Rey.

Nesse sentido, bateram-se os antigos maçons da Cotingüiba contra documentos do Papa Pio IX⁷³, que renovava a condenação da Maçonaria, especialmente na *Enciclica Est Multa Luctuosa*, de 1873 e na carta *Exortae in esta Dictione*, de 1876, como, ainda combateram a encíclica *Humanum Genus*, de Leão XIII⁷⁴, datada de 20 de abril de 1884, considerada a mais longa Encíclica contra a Maçonaria.

No decorrer do tempo a Loja posicionou-se sobre essas discussões religiosas e assentou conceito sobre a religião.

No entendimento uníssono dos maçons, religião é um sistema de culto específico a um deus ou a vários deuses. Os nossos antecessores, na sua intelectualidade, desdobraram esse pensamento, admitindo que todas as religiões são constituídas de três elementos básicos. O primeiro, chamado de “idéias”, são valores preservados pelo grupo. O segundo é o “culto”, ou o conjunto de práticas, rituais ou cerimônias praticadas pelo grupo. Finalmente, todas as religiões têm uma “teologia”, ou um conjunto de doutrinas e crenças que suportam sua visão do homem, do universo e do que existe além.

Nessa visão, estabeleceu-se que a linha a ser cultuada na recém fundada Loja,

⁷² Sancho de Barros Pimentel. Filiado à ordem maçônica, prestou relevantes serviços à Loja Cotingüiba, que dirigiu com êxito e brilho de 1874 a 1876. Nasceu em Salvador, a 16 de outubro de 1849. Bacharelou-se em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife, no ano de 1870. Atuou na imprensa em São Paulo, Recife e Aracaju. Professor de Filosofia e Inglês do Ateneu Sergipense. Era integrante do Partido Liberal e quando os liberais chegaram ao poder, foi nomeado presidente das províncias do Piauí, Paraná e Ceará e depois deputado. Faleceu no Rio de Janeiro em 24 de fevereiro de 1924.

⁷³ Pio IX (Mastai Ferreti). Nasceu em Sinigaglia, em 1792 e morreu em Roma. Papa de 1846 a 1878. Recusou em 1848, tomar a chefia do movimento unitário italiano, foi momentaneamente expulso de Roma, e só lá entrou sob a proteção dos franceses. Proclamou os dogmas da Imaculada Conceição e da infalibilidade papal. Publicou o *Syllabus*, mas viu desmoronar-se, em 1870, o poder temporal da Santa Sé.

⁷⁴ Leão XIII (Joaquim Pecci). Nasceu em Carpineto, em 1810. Papa de 1878 a 1903. Inteligência elevada, caráter enérgico e fino diplomata; interessou-se pelas questões sociais; exerceu no mundo, durante o seu longo pontificado, uma influência considerável, e foi escolhido pelo próprio Bismark como árbitro. Aconselhou os católicos franceses a aceitar a República. Excelente latinista, publicou encíclicas.

seria a de que definia a Maçonaria como um sistema de moral, velado por alegorias e ilustrado por símbolos. Esta definição indica, assim, que a Maçonaria tem um particular conjunto de valores, e que a instituição se esforça em inculcar em seus membros. Esses valores são ensinados através de símbolos e cerimonial ou alegoria.

A parte não encontrada na Maçonaria é qualquer referencia a uma teologia. Uma crença em um Ser Supremo é uma obrigatoriedade para todos os maçons, mas a fraternidade não impõe qualquer conjunto de crenças de como esse Ser Supremo deva ser cultuado.

Observou-se, também, nos mais recuados tempos dessa Loja, que existe uma linha de padrões éticos que formam uma ligação comum a todas as grandes religiões do mundo. Essas crenças em geral incluem comportamentos como honestidade, amor ao próximo, caridade, generosidade e outros mais. Provavelmente o melhor sumário desse conjunto de valores é a “Regra de Ouro”, que diz, “faça para os outros assim como gostarias que fizessem para ti”. Em diferentes formas, esta máxima é encontrada nas tradições cristãs, judaicas, islâmicas, budistas, hindus e confucionistas.

Em vez de ser um “culto religioso”, a Maçonaria pode ser referenciada como uma sociedade ética e moral. Valores éticos como “Amor Fraternal, Ajuda ao Próximo e Verdade” são ensinados através da prática do ritual e do cerimonial. Esses ensinamentos são reforçados pelo uso de numerosos símbolos nas Lojas Maçônicas e nos ensinamentos Maçônicos. Esses símbolos, tais como o esquadro, o nível e o prumo são tirados da área de construção.

Essas bases filosóficas da Cotinguiba foram defendidas por parte de catedráticos do “Ateneu Sergipense” que pertenciam ao quadro da Loja, chegando alguns deles ao veneralato, a exemplo, o Professor Sancho de Barros Pimentel, o primeiro ocupante titular da 9ª Cadeira de Filosofia e Ascendino Ângelo dos Reis⁷⁵, ocupante das Cadeiras de Inglês e História, que era, ainda, o proprietário e diretor do “Parthenon Sergipense”, estabelecimento de ensino fundado em 1879, na capital.

Embora tivesse essa marcante atuação, os trabalhos da Loja foram interrompidos em 27 de março de 1885, só retornando, com mais vigor e realizações, em 3 de janeiro de

⁷⁵ Ascendino Ângelo dos Reis nasceu em Divina Pastora (SE), a 20 de abril de 1852, filho de João Francisco dos Reis e de D.Rosa Florinda do Amor Divino. Iniciou os estudos na Bahia, graduando-se em medicina, no ano de 1874, pela Faculdade de Medicina da Bahia. Logo após a formatura é nomeado 2.º Tenente do Corpo de Saúde, por decreto de 13 de fevereiro de 1875, servindo na guarnição de Sergipe até 1885. Reformou-se em São Paulo, no ano de 1899, com o posto de Capitão 1.º Cirurgião, e, seguida, a Major Médico 3.ª classe, por merecimento. Em Sergipe, atuou como delegado especial dos exames preparatórios em 1876. Professor de Inglês e História, no Colégio Atheneu Sergipense, Diretor do Parthenon Sergipano, Professor de História e Geografia Geral na Escola Normal de São Paulo e Catedrático da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Médico, militar, professor. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 25 de novembro de 1888, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Faleceu em São Paulo a 16 de setembro de 1926. É o Patrono da Cadeira nº 17 da Academia Sergipana de Letras.

1890, “por esforços do obreiro Guilherme José Vieira”⁷⁶.

A Loja Maçônica Cotingüiba era, no fim do Império, começo da República, único refúgio sergipano de liberais, resistência de uma elite que não deixava a liberdade de pensamento ser soterrada pela violência dos autoritários e dogmáticos. Ela enfrentava, por isso, muitas lutas e era estigmatizada e perseguida pelo clero católico, principalmente.⁷⁷

A história da Igreja Católica, no Brasil, e o seu relacionamento com a Maçonaria, refletem com traços peculiares a própria história da Igreja no mundo. No Brasil, à época da República, a Igreja abandonava pouco a pouco a estrutura do poder e os hábitos do período colonial.

Depois veio a ameaça dos protestantes e dos comunistas iniciados nas lojas maçônicas, despertando certa agressividade apostólica.⁷⁸

Passadas as dificuldades naturais do início do século XX, a Loja Cotingüiba foi-se, aos poucos, firmando-se e manteve, a partir daí, inalterado o seu funcionamento ordinário, contando com memoráveis sessões cívicas, como a que teve lugar em 15 novembro de 1916, ocasião em que foi, também, inaugurada a biblioteca, com cerca de 1.000 volumes.

Outra sessão que ficou registrada nos anais da Loja foi a que se realizou em 6 de março de 1917, desta feita, comemorativa ao centenário da Revolução Republicana de Pernambuco.

Nos anos de 1918 e 1919 os maçons da Cotingüiba cessaram de bater os malhetes⁷⁹ e arregaçaram as mangas para o desempenho de um trabalho invulgar de combate à epidemia, denominada de *influenza espanhola*, que assolou a capital sergipana, por mais de um ano. Juntaram-se às autoridades públicas tentando minimizar os efeitos da gripe espanhola que ceifou as vidas de inúmeras pessoas na nossa cidade.

Clodomir Silva acentua que pelo seu trabalho de assistência social, a Loja Maçônica Cotingüiba foi destacada pelo Governo do Estado, em Mensagem Presidencial de 1919, assim registrada:

Associados à obra do Governo, diversas corporações puseram-se logo a campo no intuito de trabalhar pela causa comum.

Dentre ellas avultou pelo desinteresse e pela abnegação com que se movimentava a “LOJA MAÇÔNICA COTINGUIBA”.

⁷⁶ Silva, 1920, p. 123.

⁷⁷ Anderson Nascimento, 2000, p. 28.

⁷⁸ Anderson Nascimento, 2007, p. 140-141.

⁷⁹ Malhete, pequeno martelo de madeira, símbolo de autoridade colocado sobre a mesa ou trono do Venerável, para, por meio de golpes, dirigirem os trabalhos maçônicos. Deixar ou cessar de bater os malhetes significa a suspensão, temporária, das atividades da loja.

Esta sociedade sem perceber do Estado um ceitil⁸⁰, desenvolveu a mais nobre e a mais grandiosa tarefa, merecedoras dos maiores elogios.

Seus filiados percorriam as ruas que lhe foram destinadas, entregavam os medicamentos que serviam ao período da moléstia em que estava o doente, recolhiam observações, e, assim, em um lapso de tempo pequeno relativamente à zona de que se ocupavam – Avenida Barão de Maroim até a extremo do local denominado Carro-quebrado – puderam dar como não carecendo de mais cuidado, o trecho que lhes coube, podendo, por este motivo estender mais a sua acção.

Era este dividido em 7 districtos, sendo sua sede em um posto à rua de Itabaiana, onde se distribuía sopas, leite e alimentos outros, os quaes também ministravam os encarregados aos atacados em seus domicílios.

Dos 885 doentes que estiveram a seu cargo, falleceram 19. Superintendia o serviço geral o professor José de Alencar Cardoso, e o serviço clínico o dr. Berillo Leite⁸¹.

Em vista desses relevantes serviços, o Grande Oriente do Brasil elevou a Loja à categoria de Benemerita da Ordem Maçonica, pelo que se ficou intitulada: Augusta e Benemerita Loja Capitular Cotingüiba.

A Loja Cotingüiba não se descuidou das suas atividades culturais e dos seus trabalhos filosóficos, contando com muitos obreiros que militavam na vida política do estado, nas letras, na magistratura, na advocacia e no magistério, devendo-se destacar os nomes de: Manoel dos Passos de Oliveira Teles⁸², José de Alencar Cardoso⁸³, Artur Fortes⁸⁴, Clodomir Silva⁸⁵, Epifânio Dória⁸⁶ e Álvaro Fontes Silva⁸⁷.

⁸⁰ Ceitil. Moeda portuguesa antiga.

⁸¹ Silva, 1920, p. 123..

⁸² Manoel dos Passos de Oliveira Teles. Poeta. Ficcionista. Dramaturgo. Magistrado. Nasceu em Nossa Senhora do Socorro a 29 de agosto de 1859. Bacharelou-se em Direito, no ano de 1885, pela Faculdade de Direito do Recife. Foi Promotor Público de Mossoró, no Rio Grande do Norte e Itabaiana, em Sergipe, em 1886. Professor de Grego no “Atheneu Sergipense”, em 1898, Diretor da Instrução Pública e da Escola Normal, no período de 1898 a 1905. Juiz de Direito da Estância, em 1905 e Juiz de Direito da 1ª Vara da Capital, em 1913, cargo em que se aposentou. Venerável da Loja no período 1912 a 1913. Falleceu em Aracaju, a 14 de maio de 1935.

⁸³ José de Alencar Cardoso. Nasceu na Estância, Sergipe, a 18.4.1878. Educador. Fundou em Estância o Colégio Tobias Barreto, no ano de 1909, transferindo-o, depois, para Aracaju. Diretor da Instrução Pública, cargo equivalente ao de Secretário da Educação. Membro do Conselho de Ensino e Inspetor da Instrução Primária. Venerável da Loja nos períodos: 1914-1921; 1930-1931 e 1953-1956. Professor Zezinho Cardoso foi um educador por excelência. Dirigiu com dedicação e amor o Colégio Tobias Barreto, cujo nome ficou perpetuado na história como modelar estabelecimento de ensino. Falleceu em Aracaju, a 4.5.1964.

⁸⁴ Artur Augusto Gentil Fortes. Professor. Poeta e funcionário público. Nasceu em Aracaju, a 23 de julho de 1881. Estudou Humanidades no Colégio Atheneu Sergipense, onde algum tempo depois ensinou História Geral. Foi funcionário dos Correios, em Aracaju, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e membro da Academia Sergipana de Letras, onde ocupou a Cadeira nº 10. Foi Venerável da Loja nos períodos: 1917-1918 1923-1924 e 1932-1933. Falleceu em Aracaju a 27 de novembro de 1944.

⁸⁵ Clodomir de Souza e Silva. Advogado. Jornalista. Político e folclorista, nasceu em Aracaju (SE), a 20.2.1892. Venerável da Loja de 1924 a 1925. Deputado Estadual (1920/25). Teve marcante atuação na vida literária de Sergipe. Publicou “Minha Gente”, o “Álbum de Sergipe” e vários artigos em jornais da época. Redator do Sergipe Jornal. Diretor de A Folha. Grau 33 da Loja Maçonica Cotingüiba. Cofundador da Academia Sergipana de Letras, onde ocupou a Cadeira nº 13, que tem como patrono Frei Santa Cecília. Falleceu a 10.8.1932.

⁸⁶ Epifânio da Fonseca Dória. Político. Historiador. Nasceu em 7 de abril de 1884 Foi Deputado Estadual e Secretário de Estado. Fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Diretor da Biblioteca Pública, que hoje leva o seu nome. Venerável da Loja de 1926 a 1927. Falleceu em 8 de junho de 1976.

⁸⁷ Álvaro Fontes Silva. Advogado e magistrado. Nasceu a 6 de setembro de 1884. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Juiz de Direito das Comarcas de São Cristóvão, Maruim e Aracaju. Chefe de

O palacete da Rua Santo Amaro, com dois pavimentos, obedecendo ao estilo neoclássico teve a sua construção dirigida pelo construtor e empresário Frederico Gentil. A fachada desse monumento é encimada pelo tradicional frontão triangular, sustentado por colunas toscanas. Sacadas centrais e laterais, no piso superior. No pavimento térreo o frontispício é destacado pelas vergas em arco pleno, tanto da porta principal, como dos amplos janelões. A construção está com mais de um metro acima do nível do rio Sergipe, então Cotinguiba, atendendo ao Código de Posturas do Município, que exigia o nível elevado das casas para evitar os alagamentos, por ocasião do período chuvoso e um fácil escoamento das águas pluviais. No seu interior, destacam-se, no pavimento térreo, oito exuberantes colunas coríntias, a sustentar o pavimento superior, caracterizadas pela harmonia das proporções e pela decoração de folhas de acanto dos seus capitéis. Amplo salão, com piso de mosaicos decorados, onde sempre acontecem reuniões das mais variadas: conferências, recepções, concertos, velórios, exposições de artes plásticas e artesanato. A escadaria de madeira que dá acesso ao pavimento superior é uma das relíquias da construção civil de Aracaju. No pavimento superior, destacam-se um amplo *foyer*⁸⁸, com mobiliário da época e o templo, em que acontecem as sessões, às quartas-feiras, invariavelmente às 19h30. Foi inaugurado festivamente em 31 de março de 1930, na gestão do irmão Antônio Manuel de Carvalho Neto⁸⁹, auxiliado pelos irmãos Silvino Fontes, Benilde Vieira⁹⁰ e Clodomir de Souza e Silva. Outros maçons ilustres, nas décadas de 40 e 50, tiveram

Polícia. Presidente do Instituto dos Advogados de Sergipe. Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. Membro do Conselho Penitenciário. Venerável da Loja nos períodos 1931-1932 e 1940-1941. Faleceu em Aracaju a 26 de junho de 1956.

⁸⁸ *Foyer*. Sala de espera, saguão.

⁸⁹ Antônio Manuel de Carvalho Neto. Jurista. Orador. Acadêmico. Escritor. Político. Nasceu em Simão Dias, Sergipe, a 14 de fevereiro de 1889. Fez os primeiros estudos na sua terra natal, transferindo-se depois para Aracaju, onde frequentou o Colégio Alfredo Montes, projetando-se como orador e cultor da língua latina. Dedicou-se ao estudo da cultura francesa, ainda como ginasião. Mudou-se para o Rio de Janeiro e ingressou na Faculdade Livre de Direito, no ano de 1906. Ainda estudante, iniciou-se na atividade forense no escritório do Professor Inglês de Souza. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, no ano de 1911, e retornou a Sergipe. Elegeu-se deputado estadual para a legislatura de 1912 a 1913, em cujo período foi líder do governo do Marechal Siqueira de Menezes. Depois, foi Juiz de Itabaiana e Japarutuba. Deixou a magistratura e foi nomeado pelo Presidente Pereira Lobo, para o cargo de Diretor Geral de Instrução (cargo correspondente a Secretário de Estado da Educação), ocasião em que promoveu inúmeras reformas pedagógicas. Em 26 de julho de 1919, foi iniciado na Loja Maçônica Cotinguiba, da qual exerceu quase todos os cargos. Orador nos anos 1920/21, 1928 e 1932. De 1921 a 1924 foi o representante da Loja na Soberana Assembléia Geral. Venerável nos anos 1929/30, 1933/34, 1939/40 e 1942/43 e Delegado Especial do Grão Mestrado no Estado de Sergipe, a partir de 1943. No venerato, Carvalho Neto lutou incessantemente pelos princípios que norteiam a Maçonaria e colocou a Loja Cotinguiba em posição de destaque no cenário nacional. Na gestão de 1929 a 1930, inaugurou solenemente o Templo, com seu mobiliário conservado até à atualidade. Carvalho Neto foi um ardoroso defensor da liberdade. Da tribuna maçônica teve a oportunidade de levantar a voz na defesa dos oprimidos. Sua atuação parlamentar e cultural foi relevante para Sergipe. Quando Deputado Federal, projetou-se com estudos para a federalização da legislação trabalhista. Atuou como um dos precursores do Direito Penitenciário. Fundador da Academia Sergipana de Letras e da Faculdade de Direito de Sergipe e seu primeiro Diretor. Publicou os livros: “Patronato de Liberados e Egressos Definitivos da Prisão” e “Advogados”, obra de repercussão internacional. Escreveu, dentre outros, o romance “Vidas Perdidas”. No último mandato parlamentar, em 1951, empolgou-se pelo Parlamentarismo e pelo Direito de Greve. Doente, afastou-se da militância maçônica e política. Faleceu em Aracaju a 26 de abril de 1954.

⁹⁰ Benilde Dias Vieira. Comerciante. Venerável da Loja no período de 1944-1945, 1958-1969. Delegado Litúrgico para o Rito Escocês Antigo e Aceito.

presenças marcantes no desenvolvimento da Loja Cotinguiba, entre eles, Hermeto Rodrigues Feitosa, Arivaldo Prata, Constâncio Vieira, Oswaldo Souza, Antônio Xavier de Assis Júnior e João Barbosa dos Santos.

Nessa época desenvolveu-se muito na Cotinguiba a Maçonaria Vermelha⁹¹ e, por consequência, a Loja voltou a operar no Rito Escocês Antigo e Aceito.

A decoração do templo, cujas paredes levavam a cor escarlate, com as franjas e símbolos dourados, dava um toque soberbo e especial ao ambiente.

No Oriente, a abóbada tinha pintura e alegorias originais atribuídas a Orestes Gatti, artista plástico italiano, que deixou a sua arte registrada, também, em outros monumentos, como no Palácio Olímpio Campos e na Catedral Metropolitana.

A Loja Cotinguiba por toda essa relação com a sociedade sergipana, constituiu-se como o principal marco na formação da Maçonaria no Estado de Sergipe, desenvolvendo um trabalho educativo e pedagógico na fundação de outras Lojas Maçônicas e do Grande Oriente do Estado de Sergipe.

Ademais, os Maçons da Loja Cotinguiba, atendendo sempre às necessidades sociais do povo (considerando a campanha liderada por Olavo Bilac, que situava o analfabetismo como problema nacional, responsável pelo atraso político, cultural e econômico) resolveram criar, em 24 de setembro de 1916, a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, visando erradicar o analfabetismo em Sergipe.

Segundo Souza, o grande acontecimento em favor da organização da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo remonta a setembro de 1916...

[...] quando aconteceu o 5º Congresso Brasileiro de Geografia, na cidade de Salvador. Naquele evento, o geógrafo Theodoro Sampaio, presidente da Comissão organizadora do evento, seguindo o movimento que se irradiava no país, fez uma proposta solicitando aos intelectuais que constituíssem comissões estaduais de defesa e proteção do ensino primário, tomando o desafio de combater o analfabetismo para que na data do Centenário da Independência do Brasil, cada capital estivesse livre dele [...]⁹².

A Liga preocupou-se em alfabetizar adultos, principalmente operários para as fabricas têxteis de Aracaju e outros prestadores de serviços como ferroviários, marítimos, comerciários e artesãos.

Devido a essa postura de vanguarda, a Liga tornou-se um referencial da Educação

⁹¹ Maçonaria Vermelha. Nome por que se designa a Maçonaria Filosófica, que compreende os graus 4º e 18º do Rito Escocês Antigo e Aceito, bem como os maçons do Santo Real Arco. Seu ponto culminante é o grau 18º, ou Rosa-Cruz, e sua principal característica é a do amor; daí serem as suas comunicações expedidas dos Vales, isto é, dos férteis vales ao sopé das montanhas, que alimentam as áridas planícies da vida humana.

⁹² Sousa, 2004, p. 40.

em Sergipe e no Brasil. Nesse sentido, vale registrar a anotação de Maria Thetis Nunes:

Cumpramos ressaltar a atuação de iniciativa privada na fundação da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo em 23/9/1916, visando, especialmente, a educação de adultos. A primeira escola era mista e nela lecionava a professora Ítala Silva de Oliveira. Já em 1920 contava com 8 escolas noturnas, não só na Capital como no interior, para atender aos que trabalhavam⁹³.

O desempenho da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo na tarefa de educar a população pobre, secundou a atividade do Estado na sua tarefa de alfabetização, contribuindo de forma preponderante para a prática educativa em Aracaju.

Ao longo do século XX a Maçonaria foi responsável por inúmeras instituições, notadamente, escolas para o combate ao analfabetismo e para o ensino profissionalizante, estes, focados em corte-costura, culinária, práticas agrícolas e datilografia, pois muitas pessoas não tinham condições suficientes para conseguirem um curso profissionalizante pago, gerando muitos problemas e fazendo com que elas se desviassem do mercado de trabalho.

Nesse sentido, Souza destaca ainda:

Foi graças, sobretudo, ao apoio recebido pela LMC que a LSCA conseguiu se manter durante oitenta e oito anos, chegando até os dias atuais. O Art. 7º dos Estatutos traz em seu bojo que o seu 'prazo de duração é ilimitado' e isto tem certa validade, quando se observa esforço despendido em favor da sua sobrevivência, sob a justificativa de que devia persistir até se verificasse no Estado a extinção completa do analfabetismo. Até onde se sabe, de todas as ligas contra o analfabetismo que foram criadas no Brasil nos primeiros anos republicanos, apenas a de Sergipe teve uma existência tão longa.

O ano de 1950 tomou-se um marco significativo na história da associação porque registrou a interrupção da expansão escolar. Por motivos de ordem diversa, o processo de criação de escolas de alfabetização cessou naquele momento, embora o trabalho da associação tenha continuado. As salas de aula existentes naquele momento foram aos poucos sendo desativadas. Apesar de serem abertas duas novas escolas, nestas se ensinava apenas datilografia e corte e costura. Com o tempo, a alfabetização foi perdendo privilégio e o número das escolas caiu. De vinte e nove em funcionamento no Estado naquele ano, o número baixou para quatorze na década seguinte, e de 1970 em diante, somente nove escolas de alfabetização permaneceram funcionando. Esse quantitativo baixou para uma em 1984 e, mesmo assim não perdeu. Atualmente, a única escola existente funciona somente com os de formação profissional já referidos, ou seja, datilografia e corte e costura⁹⁴.

Essa observação faz bastante sentido, o estado começava a assumir, realmente, os programas de alfabetização e do ensino, apesar de a Constituição da República Federativa do

⁹³ Nunes, 1984, p. 233.

⁹⁴ Sousa, 2004, p. 37.

Brasil, de 1967, não mencionam a quem competia combater o analfabetismo. Referia-se, apenas, ao ensino primário, dispondo, no seu artigo 176, § 3º, inciso II, que “o ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais”⁹⁵. Nada dispunha sobre o ensino profissionalizante. A normatização desse segmento educacional ficou restrita à legislação ordinária, decretos federais e portarias do Ministério da Educação.

Na década de 1970, o ensino profissionalizante de formação técnica, foi destinado aos estudantes do segundo grau, patrocinado, em Aracaju, pela Escola Técnica Federal de Sergipe.

O Poder Público, nessa época, não ofertava o ensino de datilografia. Este curso era oferecido por escolas particulares, a exemplo da Escola Remington “Professor Plínio”, dirigida pela professora Genny Araújo Pinto, a Escola Remington da professora Zely Guedes Ximenes, a Escola de Datilografia Royal, da professora Maurina Ramos, entre outras⁹⁶.

Já na Escola de Datilografia Almirante Amintas José Jorge, da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, que funcionava no térreo da Loja Maçônica Cotinguiba, na Rua Santo Amaro, 171, “o ensino era gratuito e contemplava jovens e adultos carentes de recursos econômicos”, conforme assinala João Barbosa dos Santos⁹⁷ o decano dos maçons da Loja Maçônica Cotinguiba.

A escola de datilografia mantida pela Maçonaria, na década de 1970, nasceu a partir da idéia do então Venerável, Carlos Teles Satler, que, encetou uma campanha de aquisição de máquinas de escrever, junto a repartições públicas e a setores da iniciativa privada. Como resultado dessa campanha adquiriu 100 máquinas, algumas com pequenos defeitos e outras, praticamente, inservíveis. Mas, com a “ajuda dos maçons Torquato e Silvino Fontes, diretores da empresa Fontes Irmãos, que era a representante das máquinas de escrever Remington, conseguiu que o seu assistente técnico, Sr. Neves, recuperasse mais da metade daquelas máquinas, sem qualquer ônus para a Loja Cotinguiba”⁹⁸.

Conta o Venerável Carlos Satler, no seu depoimento, que chegou a recuperar pouco “mais de 50 máquinas, devolvendo aos doadores aquelas irrecuperáveis”⁹⁹.

A escola de datilografia foi dirigida por muitos anos pela professora Maria Magdalena Moura, que teve um “papel importante na formação profissional de muitas

⁹⁵ Russomano, 1970, p. 327.

⁹⁶ Pina (Depoimento).

⁹⁷ Santos (Depoimento).

⁹⁸ Satler (Depoimento).

⁹⁹ Idem.

peessoas. Os alunos aprendiam a utilizar os 10 dedos sobre o teclado da maquina de escrever, sem olhar para as letras”¹⁰⁰.

Na observação da professora Maria de Lourdes Matos Moraes, – “a metodologia que a professora Magdalena utilizava para ensinar os seus alunos era, praticamente, a que era utilizada em todas as escolas de datilografia. Ela utilizava, também, cadernos de exercícios práticos e um caderno de textos”¹⁰¹.

Na verdade, o método do ensino de datilografia, na época, consistia em que os alunos não movimentassem os braços, pulsos e mãos. Todo o movimento deveria ser feito somente pelos dedos. A batida devia ser leve, no centro da tecla. A batida das teclas tinha que ser com a mesma força e com igual ritmo.

A professora e acadêmica Luzia Maria da Costa Nascimento, aluna da Escola Remington, lembra-se dos ensinamentos do professor Ximenes, que advertia: “Não olhe para a máquina! Não olhe para o teclado!” Sempre dizia que o aluno deveria manter os cotovelos ao lado do corpo e os olhos no texto que estava sendo copiado ou em alguém que estivesse falando”¹⁰².

José Francisco da Rocha, Venerável da Loja Maçônica Cotinguiba, por quatro mandatos e atual Grão Mestre Geral do Grande Oriente do Estado de Sergipe, anota, no seu depoimento:

A pessoa que adquirisse o diploma de datilografo tinha mais oportunidades no mercado de trabalho e nos concursos. Nos concursos do Banco do Brasil, por exemplo, a prova de datilografia era eliminatória, ultrapassada essa barreira, o candidato submetia-se às provas de Matemática, Português, Inglês, Francês, Contabilidade¹⁰³.

Arivaldo Ferreira de Andrade, outro obreiro da Loja Maçônica Cotinguiba, destacou que a prova de datilografia:

Era a primeira que o concursando prestava, tanto no Banco do Brasil, como no Banco do Nordeste do Brasil, os bancos oficiais mais conhecidos nas décadas de 1970 e 1980. Essa prova eliminava grande contingente de candidatos. Do mesmo modo procedia-se nos concursos para o serviço público. Naquela época proliferaram escolas de datilografia, tanto no centro da cidade de Aracaju, como nos bairros, sendo uma das mais famosas a Escola Remington, localizada no primeiro trecho da Rua Itabaiana. Todas essas escolas eram particulares. A única gratuita era a que funcionava na Loja Maçônica Cotinguiba, onde o aluno

¹⁰⁰ Santos (Depoimento).

¹⁰¹ Moraes (Depoimento).

¹⁰² Nascimento (Depoimento).

¹⁰³ Rocha (Depoimento).

não pagava sequer o papel que era utilizado na máquina de datilografia. Os alunos eram procedentes das camadas populares e ao conquistarem os seus diplomas aspiravam por melhores colocações no mercado de trabalho¹⁰⁴.

Os alunos aprendiam na escola as regras que seriam cobradas nos concursos. A desenvoltura do aluno na prova de Datilografia consistia em copiar, durante seis minutos, um trecho impresso contendo novecentos toques (20 linhas de 45 toques cada uma).

A professora Ana Maria Montes Silva, no seu depoimento, disse:

[...] fui convidada para trabalhar na Escola de Datilografia pela professora Maria de Lourdes Matos Moraes, responsável pelo curso de corte e costura também patrocinada pela Liga, e que funcionava no salão térreo do prédio da Loja Cotinguiba, conjuntamente com a escola e datilografia. A Liga era o órgão educacional mantido pela Loja Cotinguiba. O convite para trabalhar naquela escola surgiu em função da aposentadoria da professora Maria Magdalena Moura, que era a professora de datilografia [...].

No mesmo depoimento, ressaltou:

[...] Trabalhei algum tempo com a referida professora e mantive o método de ensino aplicado por ela; ela utilizava máquinas com o teclado Inglês-Americano e a metodologia do ensino adaptado a esse teclado, que é a mais tradicional e ainda utilizada. Nele o aluno aprende a digitar com os 10 dedos sobre o teclado da máquina de escrever, sem olhar para as letras, pois existia um tapume sobre o teclado, que só dava espaço para o aluno colocar as mãos e alcançar o teclado. O curso tinha uma duração de seis meses, era totalmente gratuito; no final, os alunos submetiam-se a um exame de qualificação. Nesse exame, os alunos só eram aprovados se conseguissem digitar, em 10 minutos, o texto que lhes era apresentado e, de igual forma, uma tabela, em 15 minutos. Aqueles que obtivessem aprovação eram diplomados pela Diretoria da Liga, com a chancela do Venerável da Loja Cotinguiba, em solenidades que sempre ocorriam no mês de junho, por ocasião dos festejos do Patrono da Loja, São João Batista e, no mês de dezembro, nas proximidades do Natal, quando a Loja entrava em recesso [...].

A professora Ana Maria Montes Silva, foi bastante clara ao afirmar que...

O comércio, os bancos e as repartições públicas eram os setores que mais absorviam a mão-de-obra dos alunos egressos do curso de datilografia da Escola Almirante Amintas José Jorge; tenho conhecimento de que entre os alunos, alguns se destacaram, como: Rita de Cássia da Cruz, funcionária do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe; José Bismark Matos Silva, funcionário da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer; Vanessa Assis Teófilo Santos, funcionária da Caixa Econômica Federal; Izaias Cruz e Reginaldo da Cruz, que são autônomos e Edson Montes, que é artista

¹⁰⁴ Andrade (Depoimento).

plástico. No decorrer dos meados dos anos de 1980, o curso de datilografia foi perdendo o seu espaço diante do avanço dos cursos de programas de computador e da informática, os novos métodos e a rapidez dos processos eletrônicos, até que a direção da Loja Cotinguiba resolveu por encerrar as suas atividades, no ano de 1997.

Rematou o seu depoimento dizendo que:

Enquanto funcionou, o curso de datilografia oferecido pela Liga e patrocinado pela Loja Cotinguiba foi de fundamental importância para a formação de jovens e de adultos de baixa renda, na aprendizagem de datilografia. Na época, a datilografia abria espaços e novas expectativas para uma melhoria salarial. O datilógrafo de ontem, é o digitador de hoje, que sempre tem uma oportunidade de trabalho diferenciada da pessoa que não tem qualificação para trabalhar com computadores¹⁰⁵.

Existiam regras rígidas que avaliavam os exames, os tipos de erros e os valores dos pontos descontados. Eram descontados, por exemplo, 10 (dez) pontos quando o candidato deixava de bater ou repetia uma linha, ou conjunto de palavras. Descontavam-se 5 (cinco) pontos para: cada linha que faltasse para completar o texto; espaçamento entre linhas diferentes do original; parágrafo com número de toques a mais ou a menos e margem direita que não contivessem as mesmas palavras do texto.

Eram descontados 2 (dois) pontos para: espaço entre palavra omitido ou excessivo; espaço desnecessário entre as letras; batida fora da margem; palavra saltada; palavra acrescentada; palavras trocadas; palavras invertidas; palavras sobrepostas; letra excedente; letras trocadas; letras invertidas; letra muito apagada; falta de letra; letras sobrepostas; acento excedente; acento trocado; acento deslocado (para a esquerda ou para a direita); acentos sobrepostos; falta de acento; sinal excedente; sinais trocados; sinais invertidos; falta de sinal; sinais sobrepostos; falta de maiúscula; uso indevido de maiúscula.

O examinando deveria manter-se calmo, descontraído, devendo iniciar a prova datilografando lentamente as primeiras linhas, até adquirir confiança. Depois, deveria aumentar o ritmo, até atingir a velocidade normal.

Segundo, as pessoas entrevistadas, os erros mais graves resultavam da omissão de palavras ou linhas, ou repetição desnecessária delas.

Para obter o máximo de rendimento nos concursos, o candidato era orientado a seguir algumas instruções consideradas básicas:

¹⁰⁵ Silva (Depoimento).

1. Não era obrigado a copiar o trecho exatamente como se apresentava (20 linhas e 45 toques cada); não obstante, era preferível que observasse essa disposição, já que, pelo fato de coincidirem o término e o início de cada linha, ganharia tempo e ainda evitaria erros graves (omissões de palavras ou linhas, por exemplo).
2. Deveria evitar cometer os seguintes erros:
 - 2.1 Não iniciar a prova sem observar o parágrafo.
 - 2.2 Não usar “traço” ou “barra” (- /) no final da linha. Se ao terminar cada linha, ainda restar um, dois ou três espaços, não o preencher com traço ou barra, pois constitui erro. Era preferível deixá-lo em branco, caso não desse para iniciar nova palavra.
 - 2.3 Assim que fosse distribuído o papel da prova, deveria fixar a margem do lado esquerdo, pois constitui erro apresentá-la de modo desuniforme. Já na margem direita tal não acontece, pois havia tolerância de até 3 toques.

No período estudado, pode-se verificar que havia uma expansão do curso de datilografia da Maçonaria, com a inclusão de novas máquinas doadas por maçons e por setores do serviço público, quando substituíam as máquinas de datilografia manuais, por modernas máquinas elétricas e eletrônicas¹⁰⁶.

É importante frisar que, nessa época os cursos de datilografia atendiam ao crescimento do comércio, das indústrias e dos serviços, diante do desenvolvimento urbano de Aracaju, em cuja economia passaram a ser injetados recursos decorrentes da exploração dos minérios em Sergipe, notadamente, o petróleo, gerando com isso novas oportunidades de trabalho, inclusive para mulheres, com as suas inserções em escritórios, bancos e no serviço público.

De igual modo, notou-se um crescimento do serviço público, em especial na área do planejamento e do incentivo à industrialização, com a criação do Distrito Industrial de Aracaju, o desenvolvimento da Secretaria da Indústria e Comércio, da Companhia de Desenvolvimento Industrial de Sergipe (CODISE), da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos de Sergipe e de outros órgãos voltados para o apoio e desenvolvimento empresarial, que absorveram muitos datilógrafos nos seus quadros.

¹⁰⁶ Satler (Depoimento).

Esses serviços de datilografia foram sendo utilizados, praticamente, por todas as empresas. A máquina de escrever era um instrumento de tecnologia da informação, voltada para a modernização dos serviços. Várias eram as marcas utilizadas: Remington, Facit, Ollivet, Royal, Olympia. Praticamente, as pessoas que pretendiam um emprego burocrático, necessitavam ter conhecimento de datilografia, pelo que se deu origem à chamada “classe dos trabalhadores de escritório”, na expressão de Braverman¹⁰⁷.

Para Carlos Teles Satler, Venerável da Loja Maçonica Cotinguiba, por sete mandatos e fundador da Escola de Datilografia Almirante Amintas José Jorge, durante a gestão de 1971 a 1973, o ensino da datilografia teve a sua importância, naquele momento, “na preparação de pessoas de baixa renda para uma educação prática, capaz de atender ao desenvolvimento da cidade, no comércio”¹⁰⁸.

Nota-se, assim, a preocupação da Maçonaria com a educação do povo aracajuano, incentivando o ensino profissional, como um instrumento capaz de formar uma mão-de-obra especializada. Na prática, a Loja Maçônica Cotinguiba atendia ao princípio de que a educação adiciona valor quando transforma o indivíduo em parte ativa do progresso nacional ou da prosperidade pública, na expressão de Nagle¹⁰⁹.

A propósito, a preocupação com a educação profissional foi resultado da necessidade de uma mão-de-obra qualificada, preparando trabalhadores procedentes das camadas economicamente mais baixas da população, por meio de cursos de qualificação profissional, seguindo o princípio de que difundia cursos “de duração e intensidade variáveis, que vão desde os cursos de aprendizagem aos cursos técnicos”¹¹⁰.

Assim, a partir dos dados coletados na documentação disponível, nos depoimentos colhidos junto a dirigentes da Loja Maçônica Cotinguiba, e de outras pessoas entrevistadas, verificamos a repercussão do curso de datilografia ofertado pela Escola de Datilografia Almirante Amintas José Jorge, como um dos participantes do desenvolvimento do ensino profissionalizante, consolidando, dessa forma, a presença da Maçonaria para a prática educativa de Aracaju.

Como se vê, a Loja Maçônica Cotinguiba por toda essa relação com a sociedade sergipana, constituiu-se como o principal marco na formação da Maçonaria em Aracaju, desenvolvendo um trabalho educativo e pedagógico na fundação de outras Lojas Maçônicas e do Grande Oriente do Estado de Sergipe.

¹⁰⁷ Braverman, 1977.

¹⁰⁸ Satler (Depoimento).

¹⁰⁹ Nagle, 2001.

¹¹⁰ Kuenzer, 1992, p. 12.

Na sua histórica caminhada, a Loja Maçônica Cotinguiba firmou-se no cenário da Maçonaria, como uma comunidade de paz, de justiça, de fraternidade. Não distinguindo nações, senão pela sua capacidade na prática do bem. Não acreditando em regimes políticos, senão pelas garantias que ofereçam aos direitos dos cidadãos.

Prega, por isso mesmo, o amor a Deus, à Pátria, à Família e à Humanidade, ou seja, ao próximo, sendo ou não maçom. Distingue-se pela liberdade de consciência da pessoa humana, pelo seu aperfeiçoamento moral e social; pela investigação da verdade.

Combate a ignorância e encoraja seus membros a praticarem a Tolerância, a Filantropia, a Solidariedade e a Justiça.

É adversária dos vícios e das paixões.

É, em síntese, uma instituição filosófica e progressista, que tem como fins os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de considerações finais vê-se que a educação sempre constituiu uma das preocupações da Maçonaria ao longo dos anos.

Deve-se entender que Maçonaria é uma sociedade civil secular e de característica universal e com um cunho moral e educacional, cujos membros cultivam os princípios da liberdade, da democracia e da igualdade, do aperfeiçoamento intelectual e da fraternidade, pugnando pela justiça social e humanidade. É uma associação iniciática, filosófica, educativa e filantrópica.

Considerando os seus desígnios institucionais, os maçons fundaram em Aracaju, a 10 de novembro de 1872, a Loja Cotinguiba, localizada na Rua Santo Amaro, 171, na parte central da cidade, que, nas suas ações internas, abraçou o movimento da educação das pessoas, como seu principal instrumento de trabalho.

Para cumprir esse desiderato, os maçons dessa Loja, associados a pessoas de todos os segmentos culturais do capital, criaram no dia 24 de setembro de 1916, no venerato do inolvidável Professor José de Alencar Cardoso, a Liga Sergipense contra o Analfabetismo, atendendo às necessidades sociais das camadas mais carentes da sociedade aracajuana.

Dentro dessa linha, a Loja Maçônica Cotinguiba, – que, com o passar dos anos, assumiu integralmente a direção da Liga Sergipana de Analfabetismo, – manteve, a partir do ano de 1970, um curso de datilografia gratuito destinado a preparar pessoas de ambos os sexos, procedentes das camadas de baixa renda, capacitando-as a ingressarem no mercado de trabalho emergente, como mão-de-obra qualificada nas empresas comerciais, industriais, prestadoras de serviços e no serviço público de Aracaju.

Esse curso teve o seu auge, entretanto, no período de 1970 a 1980, quando Aracaju passou a ser palco da expansão urbano-industrial, momento em que as necessidades dos escritórios das empresas e do serviço público exigiam a formação de mão-de-obra qualificada para lidar com máquinas de escrever, favorecendo a ampliação das oportunidades de trabalho para as pessoas das camadas populares da cidade.

REFERÊNCIAS

1. BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR A. A. C. **Vida do Marquês de Barbacena**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALENCAR, R. **Enciclopédia histórica do mundo maçônico**. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, 1968.

ANDERSON NASCIMENTO, J. **A Loja Maçônica Cotinguiba nos caminhos da história**. Aracaju: J. Andrade, 2000.

_____. Igreja e Maçonaria. **Cadernos da UFS**, v. 5, fasc. IX (1999) – São Cristóvão: UFS, 2007 (Direito).

BATTAL, M. M. **Lições de Filosofia Geral e Maçônica** (Palestras). São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1991.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CAMINO, R. **Introdução à Maçonaria**. Rio de Janeiro: Aurora, 1972.

CASTELANI, J. **A Ciência Maçônica e as antigas civilizações**. 1. ed. São Paulo: Resenha Universitária, 1977.

CHARTIER, R. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002.

DÓRIA, E. **Efemérides sergipanas**. Organização: Ana Maria Fonseca Medina. Aracaju: J. Andrade, 2009.

FERRER-BENIMELI, J. A. **Arquivos secretos do Vaticano e a Franco-Maçonaria**. São Paulo: Madras, 2007.

FIGUEIREDO, J. G. **Dicionário de Maçonaria**. São Paulo: Pensamento, 1970.

G. O. B. (Grande Oriente do Brasil). **História**. Disponível em:

<[Acesso em: 16 ago. 2009.](http://www2.gob.org.br/gxpsites/hgxpp001.aspx?2,9,95,O,P,0,MNU;E;13;3;MNU;,>.</p></div><div data-bbox=)

GUARANÁ, M. A. C. **Dicionário biobibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Oficinas da Empresa Grafica Editora Paulo Pongetti & C, 1925 (Edição do Governo do Estado de Sergipe).

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º Grau**: o trabalho como principio educativo. São Paulo: Cortez, 1992.

LEADBEATER, C. W. **Pequena história da maçonaria**. São Paulo: Pensamento, 1968.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LIMA, J. S. **Os estudos filosóficos em Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.

MONTENEGRO, A. T. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada, 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, E. F. V-B. C. **Educar, curar, salvar**: uma ilha de civilização no Brasil tropical. Maceió: EDUFAL, 2007.

NASCIMENTO, J. A. Ver ANDERSON NASCIMENTO, J.

NORA, P. **A nova história**. Lisboa: Edições 70, 1986.

NUNES, M. T. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PARANHOS JÚNIOR, J. M. S. **Efemérides brasileiras (1893-1918)**. Brasília: Senado Federal, 1999.

RAMALHO, J. R. *Novae sed antiquae*: tradição e modernidade na Maçonaria Brasileira. Guarapari: Exlibris, 2008.

RUSSOMANO, R. **Anatomia da Constituição**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1970.

SILVA, C. S. **Álbum de Sergipe (1820-1920)**. Aracaju: Estado de Sergipe, 1920.

SOUSA, C. F. **Por uma pátria de luz, espírito e energia:** a campanha da Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1916-1950). 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

U. M. S. O. I. BRASIL (União Maçônica de Estreita Observação Iniciática) **Carta de Bolonha.** Disponível em: <<http://www.umsoi.com/portugues/?p=90>>. Acesso em: 23 jul. 2009.

VEYNE, P. **Como se escreve a história.** 4. ed. Tradução: Alda Baltar, Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

2. ATOS LEGISLATIVOS

ARACAJU. **Lei Municipal nº 301, de 28 de maio de 1973.** Reconhece como de utilidade pública municipal a Liga Sergipense contra o Analfabetismo.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm>. Acesso em: 12 dez. 2009.

_____. **Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942.** Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=29775>>. Acesso em: 10 dez. 2009a.

_____. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=38152>>. Acesso em: 10 dez. 2009b.

_____. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.** Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=7108>>. Acesso em 10 dez. 2009c.

_____. **Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943.** Lei orgânica do ensino comercial. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=6717>>. Acesso em 10 dez, 2009d.

_____. **Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946.** Lei orgânica do ensino primário. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=103937>>. Acesso em: 10 dez. 2009e.

_____. **Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=104030>>. Acesso em: 10 dez. 2009f.

_____. **Decreto-Lei nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=104031>>. Acesso em 10 dez. 2009g

_____. **Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.** Lei orgânica do ensino agrícola. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=105134>>. Acesso em: 10 de dez. 2009h.

_____. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967.** Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117865>>. Acesso em: 30 out. 2009i.

SERGIPE. **Lei Estadual nº 1.775, de 11 de junho de 1973.** Reconhece como de utilidade pública estadual a Liga Sergipense contra o Analfabetismo.

3. FONTES DOS ARQUIVOS DA LOJA MACÔNICA COTINGUIBA

Ata da fundação da Liga Sergipense contra o Analfabetismo

Constituição do Grande Oriente do Brasil

Estatuto da Liga Sergipense contra o Analfabetismo

Livros de atas de 1970 a 1980.

Regulamento Geral da Ordem

4. DEPOIMENTOS

ANDRADE, Arivaldo Ferreira de. Prestado em 24 mar. 2010.

MORAES, Maria de Lourdes Matos. Prestado em 22 mar. 2010.

NASCIMENTO, Luzia Maria da C. Prestado em 12 dez. 2009.

PINA, Maria Lígia Madureira. Prestado em 15 mar. 2010.

ROCHA, José Francisco da Rocha. Prestado em 4 jul. 2009.

SANTOS, João Barbosa. Prestado em 15 set. 2009.

SATLER, Carlos Teles. Prestado em 5 ago. 2009.

SILVA, Ana Maria Montes. Prestado em 23 mar. 2010.

ANEXOS

A – ATA DA INSTALAÇÃO DA LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO, DATADA DE 24 DE SETEMBRO DE 1916.

Extrato.

Official do Registro de Títulos e Documentos - A. P. S. A. 111 -

[Handwritten signature]

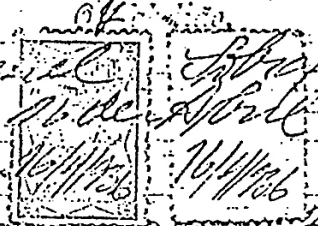
Cópia da Nota de inauguração da casa Serapiense
 contra o Simulphobatismo.

Nos dias 1 e 2 de maio de 1890 no salão de honra do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, por ocasião da sessão magna desta academia e patriótica associação, pela presidência do illustrissimo e excellentissimo senhor General Manoel P. de Oliveira Valladao, dignissimo presidente desta União, por indicação do illustre academico Luiz José da Costa Filho, e approvação geral de todos os assistentes, foram aclamados os senhores General Manoel P. de Oliveira Valladao, professor Bento de F. Andrade e desembargador Manoel Belas Garrido Neto, para protectores, e doutor Rodolfo Meira para presidente honorario, doutor Jo. Brilha Lima para presidente effectivo, senhor João Mota Silva de Oliveira para primeira secretaria, Florentino Memizis para segundo secretario, coronel José da Silva Fideles para thesoureiro, dizembargador Emaculino de Faro para auditor, o padre Possidonio Pinheiro da Rocha, doutor Edgar Coelho e professor Manoel José dos Santos Nobre para locaes da Liga Serapiense contra o Simulphobatismo. Com pedido do doutor Jo. Brilha Lima, assignando a tribuna do Instituto promoveu profundos e subentanciosos discussões sobre o verdadeiro valor da instrução e da educação, referenciou por paratexen por mais illustres confrades do Instituto a honra de que o haviam investido como presidente da referida Liga; e prometendo tudo fazer com beneficio desta benemerita instituição, declarou fundada desde aquelle momento, a Liga Serapiense contra o Simulphobatismo. Depois, unanime da palavra os senhores padre Possidonio Pinheiro da Rocha, doutor

Reconheço verdadeira a firma *Retalho*
Aracaju de *Aracaju* de *1936*
J. S. a-dou-se

Em teste *M. S.* de verdade.

M. S.
Aracaju de *1936*



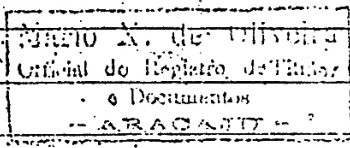
Registrado no Livro

de *1936* n. *12*

Aracaju de *1936*

O Oficial do Registro de *Aracaju*

M. S.



**B – ESTATUTOS DA LIGA SERGIPENSE CONTRA O
ANALFABETISMO (1917)**

ESTATUTOS

DA

Liga Sergipense

contra o Analfabetismo



Imprensa Oficial
1917

ESTATUTOS

DA

Liga Sergipense contra o Analphabetismo

CAPITULO I

Da Liga, seus fins, sede e duração

Art. 1º. De accordo com o que ficou resolvido na reunião publica celebrada a 24 de Setembro de 1916, no Instituto Historico e Geographico de Sergipe, reunião em que tomaram parte representantes de todas as classes sociaes, ficou constituida, nesta cidade de Aracajú, sob a denominação de Liga Sergipense contra o Analphabetismo, uma associação que se regerá pelos presentes estatutos.

Art. 2º. O fim da associação é combater o analphabetismo no Estado, e se esforçar para que, ao commemorarmos o 1º centenario da independencia politica nacional, possa o Estado de Sergipe proclamar livres do analphabetismo as suas cidades e villas.

Art. 3º. Para alcançar o seu objectivo, a Liga actuará junto aos poderes publicos estaduais e municipaes e junto á população, quer directamente, quer por meio de associações congêneres, que se fundarem nas demais cidades e villas do Estado para o fim de obter :

a) A creação e manutenção de maior numero possível de escolas gratuitas, urbanas e ruraes, diurnas e nocturnas ;

b) A creação de um professorado instavel, que leve até ás humildes choupanas campestres as primeiras luzes da instrução ;

c) Subvenções e favores para as sociedades ou instituições de propaganda da instrução, escolas, collegios e professores particulares, proporcionalmente ao numero de alumnos gratuitos, que admittirem ;

d) Leis municipaes creado, de 7 de Setembro de 1920 em

diante, impostos especiaes sobre os estabelecimentos industriaes, agricolas e commerciaes, que tiverem a seu serviço analphabetos de qualquer idade ou sexo ;

e) A execução fiel das leis estaduaes e municipaes relativas ao ideal da Liga.

Art. 4º. Logo que os recursos o permittirem, creará esta escolas gratuitas e nomeará professores instaveis para o ensino da instrucção primordial basica, que consiste no conhecimento da leitura, da escripta e do calculo pratico.

Art. 5º. As associações ou institutos que, dentro do Estado, tiverem como objectivo a diffusão da instrucção primaria, poderão federar-se á Liga Sergipense contra o Analphabetismo, afim de se fortalecerem na unidade de acção.

Paragrapho unico. O facto de se federarem não implicará, porém, no estabelecimento obrigatorio de liames de ordem economica.

Art. 6º A Liga assume o compromisso de trabalhar junto aos poderes officiaes, para que ás associações federæes se estendam os favores officiaes que obtiver.

Art. 7º. A Liga Sergipense contra o Analphabetismo, cujo prazo de duração é illimitado, tem a sua séde e fóro juridico na cidade de Aracajú, capital do Estado de Sergipe.

CAPITULO II

Dos socios e seus deveres

Art. 8º. A associação compõe-se de socios em numero illimitado, residentes dentro ou fóra do Estado.

§ 1º. Qualquer pessoa, sem distincção de especie alguma, poderá pertencer á Liga, formulando para isso uma declaração expressa.

§ 2º Poderão tambem inscrever-se como socios, estabelecimentos ou instituções de qualquer natureza, que desejarem colaborar em caracter colectivo, em prol do ideal da Liga.

Art. 9º. Serão considerados socios fundadores os que se inscreverem até o dia 31 de Dezembro do corrente anno.

Art. 10. Cada socio pagará uma contribuição mensal, cujo valor fixará no acto de sua inscripção, não podendo tal contribuição ser inferior a \$500. O socio que fixar quantia superior poderá, quando quizer, baixar a sua mensalidade até aquelle minimo.

Paragrapho unico. E' permittido o pagamento adeantado das mensalidades, por periodos de trimestres, semestres ou annos.

Art. 11. Compete aos socios :

a) Actuar em prol do objectivo da Liga, pelo pensamento, pela palayra e pela acção ;

b) Cumprir fielmente as disposições destes estatutos, esforçando-se com toda a dedicacão pela realizacão do patriotico

objectivo visado pela Liga, lembrando-se sempre de que é um dever de honra para todo brasileiro procurar eliminar o analfabetismo do territorio nacional;

c) Assim de actuar pelo exemplo, assumir o compromisso de influir pessoalmente em favor da instrucção de um analfabeto no minimo;

d) Exercer, quando for nomeado, pela Directoria, as funções de delegado da Liga, regendo-se no exercicio destas pelas instrucções que lhes forem ministradas.

Art. 12. Os socios que offerecerem os seus serviços didacticos, serão acceto para o fim especial de lecionarem nas escolas particulares creadas ou não pela Liga.

Art. 13. Ao socio será suspenso o direito de voto durante o exercicio de qualquer função remunerada pela Liga, devendo, porém continuar a fazer as suas contribuições.

Art. 14. Os socios que não poderem concorrer pessoalmente ás assemblies geracs da Liga poderão mandar seus votos por meio de representantes.

Art. 15. Os socios que não pagarem mensalidades durante seis mezes vencidos, serão eliminados, e somente poderão ser readmittidos pagando-as a partir da sua divida anterior.

Art. 16. Os socios não respondem subsidiariamente pelas obrigações que os representantes da Liga contrahirem, expressa ou intencionalmente, em nome desta.

CAPITULO III

Dos fundos sociaes, seu destino e emprego.

Art. 17. Os fundos sociaes serão constituídos:

d) Pelas mensalidades pagas pelos socios;

b) Pelas doações e legados;

c) Pelas rendas das captaes e outras que porventura sejam obtidas;

d) Pelas subvenções e auxilios pecuniarios obtidos dos poderes publicos ou particulares;

e) Pelo producto de donativos obtidos mediante espectaculos, concertos, kermesses, conferencias, etc.

Art. 18. As conferencias, que versarem sobre os diferentes problemas concernentes á extincção do analfabetismo, serão francas ao publico.

Art. 19. Os fundos sociaes se destinam exclusivamente:

a) A's despesas necessarias á manutenção da sede social, ao pagamento de empregados e ao expediente do escriptorio;

b) A' manutenção de escolas gratuitas e de professores;

c) A auxiliar as caixas escolares existentes no Estado.

Art. 20. Desde que a renda exceda ás despesas ordinarias, o saldo verificado será empregado na compra de apolices da divida publica federal, que constituirão o patrimonio social.

CAPITULO IV

Da administração

Art. 21. A Liga será administrada e dirigida por uma directoria composta de um presidente, um vice-presidente, um primeiro e um segundo secretarios, um thesoureiro e um orador.

Art. 22. O mandato da directoria será de um anno, devendo a eleição ser realizada na assembléa geral ordinaria de Agosto do ultimo anno do mandato e a posse no dia 7 de Setembro seguinte.

CAPITULO V

Deveres da Directoria

Art. 23. A Directoria compete :

a) Cumprir os presentes estatutos e executar as deliberações da assembléa geral ;

b) Crear os logares de empregados necesarios á administração bem como escolas diurnas e nocturnas que a Liga possa manter, marcando previamente uma gratificação razoavel para os que devam ser remunerados ;

c) Superintender a arrecadação das rendas sociaes e sua applicação, tendo em vista a maxima segurança quanto ao emprego e administração do patrimonio da Liga.

d) Escolher os logares mais vantajosos em que os haveres da Liga sejam depositados e donde só possam ser retirados por sua deliberação e mediante ordem escripta e assignada pelo presidente, thesoureiro e 1.º secretario, á medida das necessidades occorrentes ;

e) Elaborar um relatorio annual dos trabalhos realizados e apresental-o com as contas de despesa e receita á assembléa geral, dos socios ;

f) Convocar annualmente a assembléa geral para a approvação das contas e tratar de qualquer assumptos de interesse social ;

g) Convocar por iniciativa propria ou mediante pedido de cinco socios pelo menos, as sessões extraordinarias da assembléa geral.

Art. 24. A Directoria reunir-se-á em sessão ordinaria pelo menos uma vez por mez.

Art 25. Ao presidente compete :

a) Representar a Liga em julzo e fóra delle ;

b) Installar e presidir as assembléas geraes e as sessões da Directoria ;

c) Abrir eucerrar e rubricar os livros de actas e registros de socios ;

d) Assignar com o thesoureiro e o 1.º secretario todos os papels para retirada de dinheiros depositados em estabelecimentos publicos ;

publicas, ou a publicação, podendo convidar para isso socios pertencentes ou não á Directoria ;

f) Nomear, suspender e demittir os empregados, e os professores aos quaes se refere o art. 23 dos Estatutos, assim como os delegados da Liga para as localidades onde não existam associações congêneras.

Art. 26. Ao vice-presidente compete substituir o presidente em seus impedimentos ou faltas e exercer as commissões que lhe forem confiadas no interesse social.

Art. 27. Ao 1.º secretario compete :

a) Dirigir os trabalhos da Secretaria da Liga e a correspondencia necessaria com as autoridades publicas ou com as particulares, assignando o que for determinado pelo presidente;

b) Lavrar as actas das sessões da Directoria e da assemblea geral e executar qualquer outro serviço para que seja convidado pelo presidente.

Art. 28. Ao 2.º secretario compete auxiliar os trabalhos da Secretaria da Liga, bem assim substituir o 1.º secretario nos seus impedimentos ou faltas.

Art. 29. Ao thesoureiro compete :

a) Arrecadar as mensalidades dos socios, as doações, subvenções e quantias outras que se destinem á Liga, por intermedio de um cobrador ;

b) Promover a retirada dos dinheiros depositados de accordo com a Directoria, mediante ordem expressa do presidente e do 1.º secretario ;

c) Ter sob sua guarda os titulos e documentos de valor pertencentes á Liga ;

d) Assignar com o presidente e o 1.º secretario os recibos de dadivas e legados feitos á Liga ;

e) Apresentar trimestralmente á Directoria o balancete do estado financeiro da Liga ;

Art. 30. Poderá ser remunerado, a juizo da Directoria, o cargo de cobrador da Liga.

CAPITULO VI

Da Commissão de Contas

Art. 31. Por sortelo, na ultima sessão da Directoria do anno social, serão tirados, dentre os socios quites, tres nomes para constituirem a commissão de contas, que deve examinar todo o movimento financeiro do anno social a findar, apresentando, na primeira assemblea ordinaria o balanço acompanhado do respectivo parecer.

Art. 32. A commissão de contas devem ser presentes pelo thesoureiro todos os livros, talões, recibos e o mais que implique renda ou despesa, dando todas as informações solicitadas no sentido de bem orientar aquella commissão.

apresentação em assembleia do resultado dos seus trabalhos, devendo, em cada anno, proceder-se ao novo sortelo, sendo excluidos da urna os nomes dos que, no anno anterior, houverem feito parte da referida commissão.

CAPITULO VII

Da Assembléa Geral

Art. 34. Os socios se reunirão em assemblea geral ordinaria no primeiro domingo de Agosto de cada anno; em logar e hora designados pela Directoria, para tomarem conhecimento do relatório e contas apresentadas pela administração, eleger os membros da nova directoria e tratar de interesses outros de ordem social.

Paragrapho unico. E se reunirão extraordinariamente, quando forem convocados para tratar de assumptos relativos ao artigo antecedente.

Art. 35. O presidente da assemblea geral ordinaria ou extraordinaria será o presidente da Liga, a quem compete determinar a ordem dos trabalhos e tomar as providencias para a boa marcha das sessões.

Art. 36. A convocação da assemblea geral será feita pela imprensa, com a devida antecedencia.

Art. 37. A assemblea geral só poderá funcionar com o comparecimento de 24 socios pelo menos.

Art. 38. Em livro rubricado pelo presidente, serão lançadas as actas das sessões da assemblea geral, as quaes deverão ser assignadas pelo presidente e secretario da mesma assemblea, salvo quando houver deliberado sobre reforma dos estatutos, caso em que será assignada por todos os socios presentes.

Paragrapho unico. As actas supra referidas serão publicadas integralmente pela imprensa.

CAPITULO VIII

Disposições geraes

Art. 39. A Liga poderá ser dissolvida por deliberação dos socios quites, reunidos em assemblea geral extraordinaria, em numero superior a 2/3 de sua totalidade.

Art. 40. No caso de dissolução da Liga, os seus bens, depois de solvidos todos os compromissos sociais, revertirão em favor do Instituto Historico e Geographico de Sergipe.

Art. 41. Os membros da directoria da Liga Sergipense contra o Analphabetismo, acclamada na sessão magna do dia 24 de Setembro do Instituto Historico e Geographico de Sergipe, continuarão a exercer o mandato de que foram investidos até o mez de Agosto de 1917.

socios da Liga, quaesquer pessoas residentes dentro ou fóra do Estado, fazendo inscrever os seus respectivos nomes no livro competente.

Art. 43º. Os presentes estatutos poderão ser inscriptos no Registro Civil, de conformidade com o estatuido na lei federal sob n. 173 de 10 de Setembro de 1893.

Approvedos pela directoria da Liga .

Deodato Maia, Presidente honorario.

Adolpho Avila Lima, Presidente effectivo

Alcebades Correia Paes, Vice-Presidente.

Itala Silva de Oliveira, 1ª Secretaria.

José da Silva Ribeiro, Thesoureiro.

Evangelino de Faro, Orador. -

Arucajú, 24 de Setembro de 1915.



C – HINO DA LIGA CONTRA O ANALFABETISMO

Versos de Pereira Barreto
Musica de Florival Jerônimo dos Santos

Adaptada por Domício Fraga para
Orfeon Escolar a uma voz.

HYMNO

DA

“Liga Contra o Analfabetismo”

VERSOS DE
PEREIRA BARRETO

MUSICA DE
FLORIVAL JERONIMO dos SANTOS

Adaptada por DOMICIO FRAGA para

Orfeon Escolar a uma voz

H Y M N O

DA "LIGA CONTRA O ANALPHABETISMO"

VERSOS DE
PEREIRA BARRETO

MUSICA DE
FLORIVAL JERONIMO dos SANTOS

PIANO

INTROD. Marziale *En can-ta-do, bem di-ta-se-*

ff Trombetas *cresc.* *p.*

-men-te que ger-mina es-pa-lhandu instr-u-ção E que desce à cal-li-gem da

men-te re-ben-tan-do de-pois em cla-rão E que des-ce à cal-li-gem da

men-te re-ben-tan-do de-pois em cla-rão És a for-ça pro-pul-
CÔRO

-sura dos an-he-los im-mor-taes: Sal-ve! Deu-sa re-don-

To-ra das er-ras das nos-sos paes Fon-te oa paes. Ma-ra-vi-

1a. vez 2a. vez.

-lho sa se-men-te das gran-das for-ças mo-raes po-des

mf *cresc.*

mui-tõ no pre-sen-te E no por-vir po-des mais És a

for-ça pro-pul-sa-ra das an-ne-los im-mor-taes; Sal-ve!

Deu-sa re-den-tõ-ra das er-ras das nos-sos

1a. vez paes. A lá paes. 2a. vez *ff* *ff* FIM

ELIXIR
DE
MARINHEIRO

DEPURATIVO DO SANGUE

Cura certa e rapida do reumatismo
mais rebelde

Feridas antigas ou novas, dardhos,
Espinhas, molestias venereas
e todas as demais mani-
festações syphiliticas
curam-se com o

ELIXIR DE MARINHEIRO

A VENDA EM TODAS
AS PHARMACIAS

PHOS-KOLA

Grande Reconstituinte

COMPOSTO DE

Calcio, Phosphoro,
Kola e Guaraná

PODEROSO RECALCIFICANTE
E NUTRITIVO

A' VENDA

EM TODAS AS FARMACIAS

ALUMNOS DAS ESCOLAS
DA
"LIGA CONTRA O ANALPHABETISMO"

ESTUDEM BEM E COMPREM TUDO
BARATO NAS



'CASAS NUNES'
ARACAJÚ

Av. Barão Rio Branco, 54 a 62
e rua S. Christovão, 1 a 15

CAIXA POSTAL, 15

PHONES (ESCRITORIO 1-4-5
(ARMAZEM 1-1-9)

FONTES IRMÃOS & CIA.
COMISSARIOS

End. Teleg. FONTIRMÃO
CODIGOS:

Mascotte 1. e 2. ed., Ribeiro, Borges
e Particulares

ARACAJÚ — SERGIPE

D – LEI MUNICIPAL Nº 301, DE 28 DE MAIO DE 1973, RECONHECENDO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU

LEI N. 301/73

DE 28 DE MAIO DE 1973.

Reconhece de utilidade pública Liga

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU:

Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio "Inácio Barbosa" em Aracaju, 28 de maio de 1973.

Cleovansóstenes Pereira de Aguiar

Cleovansóstenes Pereira de Aguiar

PREFEITO DE ARACAJU

Luiz José Azevedo Pereira de Melo

Luiz José Azevedo Pereira de Melo

SECRETÁRIO DO GABINETE

Joaquim Barbosa França Neto

Joaquim Barbosa França Neto

DIRETOR DE SAÚDE E SERVIÇO

SOCIAL

E – LEI ESTADUAL Nº 1775, DE 11 DE JUNHO DE 1973, RECONHECENDO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO.

2 QUINTA-FEIRA, 14

DIÁRIO G. E.

LEI Nº 1775 — DE 11 DE JUNHO DE 1973

Reconheço de utilidade pública a Liga Sergipense contra o analfabetismo, sediada nesta capital.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica reconhecida de utilidade pública a LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO, sediada nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação fazendo revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Olimpio Campos", em Aracaju, 11 de junho de 1973, 1529 da Independência e 859 da República.

PAULO BARRETO DE MENEZES
Governador do Estado

PAULO ALMEIDA MACHADO
Secretário Extraordinário para assuntos da
Casa Civil

F – RECIBO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ESCOLA DE DATILOGRAFIA ALMIRANTE AMINTAS JORGE, FIRMADO EM 28 DE NOVEMBRO DE 1975, PELA PROFESSORA MARIA MAGDALENA MOURA.

R E C I B O

Cr\$ 300,00

Recebi do Tesoureiro da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, a importancia de Cr\$ 300,00 (TREZENTOS CRUZEIROS), correspondente a minha gratificação do mês de Novembro como professora da Escola de Dactilografia " Almirante Amintas Jorge", nesta Capital.

Aracaju, 20 de Novembro de 1975

Maria Magdalena Moura
Maria Magdalena Moura.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)